

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANGELIO SANTOS DE SOUZA

**ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO SOB O OLHAR DE JULIO VERIM:
UMA ANÁLISE DA *REVISTA ILLUSTRADA* (1887-1888).**

UBERLÂNDIA
JULHO / 2017

ANGELIO SANTOS DE SOUZA

**ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO SOB O OLHAR DE JULIO VERIM:
UMA ANÁLISE DA *REVISTA ILLUSTRADA* (1887-1888).**

Trabalho monográfico para
conclusão do curso de História pela
Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Prof^a Dra. Daniela Magalhães da Silveira

UBERLÂNDIA
JULHO / 2017
ANGELIO SANTOS DE SOUZA

**ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO SOB O OLHAR DE JULIO VERIM:
UMA ANÁLISE DA *REVISTA ILLUSTRADA* (1887-1888).**

Monografia defendida e aprovada em____, _____, _____, pela banca
examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Daniela Magalhães Silveira
Orientadora

Prof.^a Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

Prof.^o Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao corpo docente, especialmente a professora Ana Flávia e o professor André Voigt, que serviram de grande inspiração.

A esta universidade, a direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro.

Ao cursinho Pré-Vestibular Alternativo Futuro Uberlândia que me fez acreditar que sonhos são possíveis.

A minha orientadora Daniela, pelo suporte, paciência, pelos puxões de orelha na hora certa, pelas suas correções e incentivos, pelas oportunidades e por acreditar em mim.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Especialmente para minha avó materna Felipa, pela sua sabedoria e mimos.

A meus amigos que sempre estiveram presentes nos momentos mais difíceis.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“As coisas que o homem conhece não podem, de forma alguma, ser comparadas, numericamente falando, às coisas que desconhece”

Chuang Tzu

Resumo

O presente trabalho monográfico intitulado "Escravidão e abolição sob o olhar de Julio Verim: uma análise da *Revista Illustrada* (1887-1888)" realizou uma análise, a partir da leitura dos artigos assinados por Julio Verim, pseudônimo usado por Luiz de Andrade, na *Revista Illustrada*. Nesse sentido, observamos as discussões e intenções propostas pelo narrador, e tentamos compreender como o sistema escravista e ideias abolicionistas eram abordados, especialmente nos momentos que antecederam a assinatura da Lei Áurea.

Palavra-chave: *Revista Illustrada*, século XIX, sistema escravista, abolição, Julio Verim.

Sumário

Introdução.....	07
Capítulo I: Julio Verim, pseudônimo de Luiz de Andrade, e sua colaboração na <i>Revista Ilustrada</i>	11
1.1- A construção de um pseudônimo.....	12
1.2- Os artigos de Julio Verim: um panorama geral.....	16
Capítulo II: As influências do sistema escravista na construção do narrador Julio Verim na <i>REVISTA ILLUSTRADA</i>	21
2.1- A divisão da sociedade brasileira.....	23
2.2 – A política.....	28
2.3 – A princesa Redentora.....	35
2.4 – A nova causa dos antigos senhores.....	41
2.5 – O Barão de Cotegipe.....	47
2.6 – O papel do povo.....	50
2.7 – Os imigrantes.....	55
2.8 – A liberdade.....	60
Considerações finais.....	65
Fontes.....	67
Referências Bibliográficas.....	67

Introdução

Esta monografia propõe uma análise de artigos assinados pelo pseudônimo Julio Verim, de Luiz de Andrade, na *Revista Illustrada*, nos anos de 1887 e 1888. Pretende perceber as discussões e intenções do narrador, compreender como o sistema escravista era abordado às vésperas da abolição e também analisar a abordagem do narrador sobre o comportamento da sociedade brasileira àquela época.

É importante ressaltar que este trabalho apenas foi possível devido ao meu ingresso no projeto de pesquisa da PROGRAD, orientado pela professora Daniela Magalhães da Silveira. O intuito do projeto era pesquisar periódicos do século XIX disponíveis para consulta pública no site da Biblioteca Nacional. No decorrer do projeto optei por pesquisar mais detidamente a *Revista Illustrada*, especialmente por causa da diversidade de temas e autores que apareciam em suas páginas. Dentre as várias assinaturas que compunham o periódico, escolhi trabalhar com o narrador Julio Verim, por causa da insistência dele em discutir temáticas relativas à escravidão e à abolição de forma mais aprofundada.

Com relação ao recorte temporal, escolhi os anos de 1887 e 1888, por causa da turbulência que envolvia as discussões sobre o processo que levou à abolição. Aquele era um momento em que essas discussões apareceram de forma mais intensiva, como forma de contestar o governo e oferecer visibilidade aos ditos abolicionistas. Esse período nos permite entender a forma como a temática da abolição foi abordada, além de ser possível visualizar discussões sobre projetos para o futuro do país que estavam diretamente ligados ao desenrolar do fim do sistema servil.

É importante ressaltar também que, no começo da pesquisa, acreditava que o narrador Julio Verim manteria uma coerência em suas análises até findar o ano de 1888. Contudo, observei, com o desenrolar da pesquisa que, após a aprovação da lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, algumas de suas convicções foram abaladas, o que resulta na adoção de posicionamentos que antes ele se mostrava contrário, principalmente com relação à família real brasileira. Neste sentido, tornou-se necessário fazer uma análise que confrontasse seu posicionamento com relação a alguns temas, mostrando as suas contradições.

Nesta pesquisa monográfica é importante ressaltar a importância do uso como fonte dos periódicos na segunda metade do século XIX, ressaltando a participação da *Revista Illustrada* neste processo, pois, é uma fonte amplamente usada até a atualidade. Além de se tratar de uma fonte que em sua época discutia os mais diversos temas que incomodavam a sociedade naquele momento. Neste sentido, há vários estudiosos que utilizaram a revista principalmente para compreender o impasse daquela sociedade com o sistema escravista e monárquico, destacarei a seguir três autores que analisaram a *Revista Illustrada* em suas pesquisas.

Marcelo Balaban (2009) é um destes historiadores. No último capítulo de seu livro¹, ele procura abordar sobre as ações de Ângelo Agostini, o dono da revista, e as discussões e temáticas levantadas pela *Revista Illustrada*. Marcelo Balaban (2009) diz que a revista tinha como foco principal em seus debates a política, na qual, servia de cerne para o desenvolvimento dos demais temas que eram discutidos pela revista, assim diz ele “O foco está na relação entre a problemática definição de cidadania política e cidadania social — central para entender a década de 1880 —, ambas organizadas pelas transformações centradas na questão da escravidão e nos acontecimentos que movimentaram o início da década da abolição”². Então Marcelo Balaban observa que Ângelo Agostini e a *Revista Illustrada* propõe como tema central a discursão da cidadania que está intrinsicamente ligada ao debate sobre a escravidão, então, para ele, a *Revista Illustrada* era importante por ser um agente transformador da sociedade, em que se considerava como porta-voz da vontade popular, e ainda ser capaz de politizar os debates levantados por ela.

Washington Kuklinski Pereira, também recorre à *Revista Illustrada* como fonte. Na análise de seu artigo³, ele defende que a *Revista Illustrada* era uma forma de Ângelo Agostini defender seus ideais, era assim um instrumento de denúncia contra as atrocidades infligidas aos escravos. Ele também aponta que as gravuras de Agostini eram uma forma de denunciar a conivência do aparelho estatal com o sistema servil, na qual

¹ Balaban, Marcelo, Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888), Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2009.

² Balaban, Marcelo, Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888), Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2009, P.344.

³ Pereira, Washington Kuklinski, “cenar da escravidão: A crítica caricatural de Ângelo Agostini na *Revista Illustrada* sobre conivência do Estado com os castigos aplicados aos cativos nos últimos anos da escravidão”, VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver — sentir — Narrar, Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, PI.

autoridades policiais serviam como um instrumento em benefício do senhor de escravos, pois, além de capturar, espancar, eles prendiam os escravos, para que os senhores fossem restituídos de sua perda. Desta forma, para Washington Kuklinski Pereira, a força policial era uma extensão a favor do julgo escravocrata, era uma extensão de seu poder.

Já Gilberto Maringoni, em seu artigo⁴, tenta entender dois momentos de Ângelo Agostini na qual no ano de 1898 se posicionou contra a Revolta de Canudos no periódico *Dom Quixote* seu novo jornal naquele momento, e desta forma a favor dos grandes latifundiários. Este era um posicionamento muito diferente do que ocorria, quando ele estava à frente da *Revista Illustrada*, em que era defensor ferrenho da causa abolicionista nas décadas de 1870 e 1880, e denunciava desta forma nas páginas da revista os maus tratos, os flagelos, torturas, castigos, mutilações e atos de sadismos aplicados contra os escravos pelos senhores. Ângelo Agostini defendia também que os senhores de escravos não fossem indenizados pela libertação dos escravos, assim como muitos outros defendiam.

Neste artigo, Gilberto Maringoni procura abordar também o reconhecimento que Agostini e a *Revista Illustrada* conseguiram na época pela sociedade, e de importantes abolicionistas, tais como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. O autor procura salientar que as páginas da *Revista Illustrada* não eram dirigidas apenas às pessoas letradas, mas também aos analfabetos e pessoas simples, devido à forma como as gravuras eram produzidas, em que todos conseguiam compreender o que Agostini queria dizer.

Pode se afirmar então que a *Revista Illustrada* constitui um modelo para entender pelo menos em parte o que a sociedade daquele momento discutia e os temas que eram articulados. Era uma revista destinada à elite, mas não impedia que pessoas simples, escravos ou até mesmo analfabetos conseguissem compreender seu conteúdo, tendo em vista que os temas discutidos nos seus artigos estavam diretamente ligados às gravuras presentes no periódico.

A monografia foi dividida em dois capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo intitula-se “Julio Verim, pseudônimo de Luiz de Andrade, e sua

⁴ Marigoni, Gilberto, “Ângelo Agostini e o massacre de Canudos”, Proj. História, São Paulo, (32), p221-239, junho, 2006.

colaboração na *Revista Illustrada*”. Tem como objetivo apresentar um panorama geral da *Revista Illustrada* e os artigos de Julio Verim. Além disso, faço uma apresentação da vida e obras do redator e deputado pernambucano que assina sob este pseudônimo. Além de fazer uma análise historiográfica sobre a formação dos pseudônimos nos periódicos, na segunda metade do século XIX no Brasil, através da análise de Ana Flavia Cernic Ramos e Leonardo Pereira.

O segundo capítulo tem como título “As influências do sistema escravista na construção do narrador Julio Verim na *Revista Illustrada*”. Nesse capítulo proponho uma análise sobre as discussões do narrador Julio Verim em seus artigos na *Revista Illustrada*, a qual ele aborda sobre os empecilhos e manobras que permitiram a manutenção e postergação do sistema servil, além de discorrer sobre seu posicionamento em defesa das causas abolicionistas, assim como algumas de suas análises após a abolição, com relação a projetos imigratórios e da liberdade conquistada. Essas discussões ocorreram entre os anos 1887 e 1888. Para melhor compreensão, decidi subdividir o segundo capítulo em subtítulos, de acordo com os temas que foram mais comentados pelo narrador Julio Verim e que estão ligados diretamente com os temas centrais da pesquisa.

Capítulo I: Julio Verim, pseudônimo de Luiz de Andrade, e sua colaboração na *Revista Illustrada*

A pessoa por trás de Julio Verim

Luiz de Andrade foi jornalista, bibliotecário do Senado Federal e eleito deputado constituinte pelo estado de Pernambuco em 1890⁵. Nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 20 de novembro de 1849 e morreu em 28 de setembro de 1912, no Rio de Janeiro. Estudou letras em Coimbra, Portugal. No Brasil, começou a trabalhar com a imprensa e colaborou como redator nos periódicos, *Revista Illustrada*, *D. Popular* e *O Besouro*, todos da cidade do Rio de Janeiro. Em Recife, foi redator no periódico *A concentração* (1899-1900). Andrade também escreveu alguns livros de crônicas, dentre eles, *Caricatura em prosa* (1876) e *Quadros de ontem e de hoje* (1885) e foi autor do quinto capítulo do romance *O Emblóglio*, publicado no periódico *O combate*, em 28 de abril de 1880. Colaborou com a *Revista Illustrada* entre 1885 e 1889, quando teve que sair para ocupar o cargo de deputado pelo estado de Pernambuco. Depois voltou novamente à *Revista* em 1894, tornando-se sócio⁶ do periódico, cuja permanência foi até o seu fechamento, em 1898.

Luiz de Andrade, na *Revista Illustrada*, assinava sob o pseudônimo de Júlio Verim. Quanto a esta assinatura, por enquanto, não existe nenhuma evidência do significado ou da estratégia usada para a adoção de tal pseudônimo. Desde o ano de 1885, quando Andrade começou a colaborar com o periódico, ele usou esse pseudônimo em quase todas as publicações da *Revista*, deixando de fazê-lo em raríssimas ocasiões. O próprio Luiz de Andrade foi mencionado várias vezes pela *Revista Illustrada* como quando representava a revista em algum evento, ou quando havia levantamento de doação para alguma causa, ou até mesmo em felicitações ao seu aniversário, na publicação de seu livro *Quadros de ontem e de hoje*, e também em homenagens pela luta à causa abolicionista, sendo ele membro da confederação abolicionista⁷. A partir de 1890, é

⁵ Informações contidas em Afrânio Coutinho e Galante de Sousa. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Volume 1. P. 234.

⁶ Carta de Luiz de Andrade, de 5 de novembro de 1894, a José de Seixas de Magalhães. Relatando planos para *Revista Illustrada*, (acervo fundação casa Rui Barbosa). Referência feita por Gilberto Marigoni em sua tese *Angelo de Agostini ou impressões de uma viagem da corte a capital federal (1864-1910)*.

⁷ Nas edições do dia 13 de maio de 1888 e dia 06 de setembro de 1890, são mencionadas na *Revista Illustrada* a participação de Luiz de Andrade como sendo vice-presidente da confederação abolicionista.

mencionado por ser candidato a deputado do estado de Pernambuco, sendo seu verdadeiro nome dito em vinte e uma⁸ ocasiões na *Revista Illustrada*.

1.1 - A construção de um pseudônimo

Nos últimos anos, a historiografia brasileira começou a adotar outras maneiras a respeito de como tratar as fontes em suas pesquisas, pois apenas os métodos tradicionais não respondiam aos anseios e questionamentos atuais. A imprensa como fonte, neste sentido, passou por transformações no método de pesquisa, além de ganhar grande destaque em pesquisas sobre História e Literatura. Ao adotá-la como meio de pesquisa, é essencial procurar saber sobre as assinaturas utilizadas, se há nomes reais, iniciais ou mesmo pseudônimos. Vários foram os motivos para o emprego dos pseudônimos, sendo um deles a estratégia de instigar mistério, ou até mesmo pelas incertezas do momento, permitir segurança ao seu dono, além de ser usado como recurso para dar lógica ou sentido à narrativa que o redator pretendia escrever.

Neste contexto, pretende-se analisar dois textos que abordam tal tema. A “Introdução” feita por Leonardo Pereira para a série de crônicas de Machado de Assis intitulada *História de quinze dias*⁹, e também os capítulos da tese de Ana Flávia Cernic Ramos “Os narradores de ‘Balas de Estalo’: a questão dos pseudônimos” e “A criação de Lélío”¹⁰. Com essa discussão, a intenção é a de me aproximar mais desses estudos dentro da historiografia, localizando o meu próprio trabalho.

O texto de Leonardo Pereira (2009) procura abordar o período em que o jornalista e literato Machado de Assis escreveu uma série de crônicas quinzenal intitulada “História de quinze dias”. Essa série de crônicas foi escrita no periódico *Ilustração Brasileira*, entre os anos de 1876 e 1878. Machado de Assis, sendo o seu redator, adotou o pseudônimo de Manassés, cujo nome não foi escolhido ao acaso, como se vê a seguir:

⁸ Edição dos periódicos em que fora mencionado o nome de Luiz de Andrade na *Revista Illustrada*, 11 de abril de 1885, 31 de dezembro de 1885, 15 de janeiro de 1887, 14 de abril de 1888, 13 de maio de 1888, 19 de maio de 1888, 02 de junho de 1888, 01 de setembro de 1888, 05 de janeiro de 1889, 19 de janeiro de 1889, 06 de setembro de 1890, setembro de 1890, outubro de 1890, novembro de 1890, março de 1891, maio de 1891, julho de 1891 (2 edições), setembro de 1891, abril de 1893, novembro de 1895 e janeiro de 1896.

⁹PEREIRA, Leonardo A. de M. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

¹⁰ CERNIC, Ana Flávia .R, “Os narradores de ‘Balas de Estalo’: a questão dos pseudônimo” e “A criação de Lélío”, Editora da UNICAMP, Campinas, 2010.

“Nome de origem hebraica, Manassés era descrito no Gênesis como filho primogênito de José do Egito e neto de Jacó (Gênesis 41,51). Depois de adotar Manassés e seu irmão Efraim como filhos, Jacó fez deles os precursores de duas das 12 tribos de Israel, criadas a partir de sua linhagem (Gênesis 48)”¹¹. (Pereira, 2009, p.19)

Pereira (2009) observa que o pseudônimo “Manassés” foi propositalmente escolhido, uma vez que foi tirado diretamente da bíblia, na qual o personagem era ligado à origem da civilização ocidental. Machado, portanto, escolhe um nome que é dotado de inúmeros significados, um pseudônimo que dava liberdade para que abordasse as mais diversas questões e temas que estavam sendo discutidos naquele momento. Ao mesmo tempo em que Machado de Assis propõe um pseudônimo que remonta a um tempo imemorial, pressupunha-se que ele seria uma testemunha viva de toda a história e, por isso, legitimava o que seria contado nas crônicas quinzenais. Mas, atentando-se para o significado do nome Manassés, “aquele que faz esquecer”, demonstra o uso da ironia usada pelo autor, a qual viria a ser um dos seus principais artifícios usado na escrita da crônica em questão. Assim, ao adotar esse pseudônimo, seria uma forma de apresentar a lógica e o sentido que a crônica abordaria.

Para Machado, a escolha do pseudônimo era o primeiro passo para dar lógica ao que se pretendia discutir, visto como uma forma de dar sentido a sua narração. A série “História de quinze dias” propunha algo a mais, não queria apenas relatar fatos do seu cotidiano de forma telegráfica. Manassés era usado, neste sentido, como um artifício literário, no qual, sob uma aparente narração despretensiosa em forma de diálogo, permitia-se uma liberdade para se discutir e levantar questionamentos da sociedade daquele momento. Desta maneira, as estratégias usadas pelo redator contribuíam para que o leitor pudesse refletir, duvidar e questionar o que estava lendo. Segundo Leonardo Pereira, o método adotado por Machado de Assis colaboraria para que temas como o sistema escravista e os costumes tradicionais daquela sociedade, assim como outros temas fossem discutidos junto ao leitor. Era uma forma de questionar a sociedade da época e rever alguns paradigmas vigentes ali.

¹¹ PEREIRA, Leonardo A. de M. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p.19.

Portanto, para se compreender a série de crônicas “História de quinze dias” e o pseudônimo *Manassés*, é necessário, segundo Pereira (2009), entender os artifícios usados pelo escritor na produção da crônica em questão, artifícios estes como o uso da ironia exagerada, as lacunas deixadas, os exemplos usados, nos quais se relatavam os costumes de outras sociedades, e que serviam para comparar com a sociedade brasileira; o forte apego às tradições brasileiras, o que permitia questioná-las, a ligação do tema comentando o passado, na qual se mostrava a evolução daquele costume até o seu presente; a ingenuidade como o pseudônimo abordava alguns temas, além da contradição de outros propostos por ele. Esta assinatura, neste sentido, era uma forma encontrada pelo redator para dialogar e pensar a sociedade da época. “Manassés” era a incorporação daquilo que não podia ser dito abertamente por Machado, tendo o redator total liberdade para discutir qualquer assunto, não estando preso ao nome real pelo qual era conhecido na sociedade.

Já a pesquisa da professora Ana Flávia Cernic Ramos (2010), doutora pela UNICAMP, é de grande importância no que concerne a compreensão sobre o uso do pseudônimo nos periódicos na segunda metade do século XIX. A sua tese “As Máscaras de Lélío: ficção e realidade nas ‘Balas de estalos’, de Machado de Assis”, nos capítulos “Os narradores de ‘Balas de Estalo’: a questão dos pseudônimos” e “A criação de Lélío” procura abordar a forma como são usados os pseudônimos na série “Balas de estalo”, publicada na *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1883 e 1886. A pesquisadora procura abordar também a construção do pseudônimo *Lélío*, assinatura de Machado de Assis, sendo esse um dos pseudônimos que assinava a crônica diariamente.

Um dos principais elementos que constituía a crônica “Balas de estalo” era a presença de vários narradores. Já em seu início havia nessa série a presença de seis pseudônimos, chegando ao total de dezesseis, no ano de 1886. Para Ana Flávia Ramos (2010), os vários pseudônimos que contribuíam com essa série tinham características e funções que os individualizavam das demais assinaturas, mas todos tinham um objetivo comum: o de discutir e abordar os temas mais pertinentes sobre a política e o cotidiano. Contudo, as escolhas dos pseudônimos podiam surgir através das motivações que cada cronista queria delimitar para sua participação. A série propunha discutir e debater os diversos temas de seu tempo, mas adotava em suas linhas um caráter literário ficcional de humor, permitindo mais liberdade para os cronistas, pois não tinham nenhum comprometimento com sua autoimagem, sobretudo com o jornal. Assim, em crônicas

diferentes, assinadas por diferentes pseudônimos, não havia uma quebra na sequência dos temas tratados, havia, portanto, uma continuidade na discussão dos temas propostos.

Alguns cronistas procuravam delimitar seus pseudônimos através de funções sociais, tais como o fiscal, o médico, propondo a crônica um olhar multifacetado de diversos pontos de vista sobre as questões levantadas. Então, de acordo com Ana Flávia Ramos (2010), através da diversidade de pseudônimos, é o narrador que delimita os referenciais interpretativos, seja através de funções ou característica gerais, cada um assume dentro da coletividade o seu papel, o seu ponto de vista e através deste mosaico de temas, de continuidade e descontinuidade, que se mostra a estratégia usada na tentativa de compreender a política da época. Assim, mesmo com a individualidade de cada pseudônimo, não atrapalhava que os debates sobre os acontecimentos ocorressem e isso permitia construir diferentes opiniões sobre uma mesma temática, mostrando que a realidade poderia ser analisada de diversas formas e estava sujeita ao ponto de vista do narrador.

Segundo Ana Flávia Cernic Ramos (2010), quando Machado de Assis entrou para a série de crônicas “Balas de estalo”, já havia um projeto estruturado, tal série já era conhecida pelo leitor e possuía suas regras. Assim, Machado deveria se adaptar à estrutura da série com um pseudônimo de tom alegre, despojado, popular e comprometido com a política do dia a dia do Império brasileiro. Neste sentido, Machado de Assis procurou seu personagem em referências literárias, o qual deveria remeter-se a construção de um ser bem específico, referindo-se não somente aos acontecimentos atuais da época, mas, sobretudo, ter uma forma de olhar a realidade política e as contradições daquela sociedade em questão. Nasce, então, o pseudônimo Lélío, personagem cômico tradicional da literatura ocidental, evidenciando o modo como seu novo narrador se comportaria na série “Balas de estalo”.

A inspiração de Machado de Assis para criar o personagem Lélío nasce no contexto da crise política que estava ocorrendo no Brasil Império. Em “Balas de estalo”, o redator podia comentar a política, a qual era tratada como uma farsa ou como um espetáculo teatral, reportando-se sempre ao humor e ao teatro moderno e tornando-se uma das bases para criação de seu personagem. Não obstante, de acordo com Ana Flávia Ramos (2010), a referência desse pseudônimo remeteria a peça *Sganarelle* escrita por Molière, em 1660, em tributo a *Commedia dell'Art*. Antes de sua entrada para a série, o político Lafayette Rodrigues, escolhido por D. Pedro II para ocupar o cargo de chefe do gabinete dos ministros, citou o personagem da peça de Mollière, Sgnarelle, na Câmara

dos Deputados. A citação “podia ser que sim, podia ser que não” causou grande reboição nas colunas dos jornais da época, tratando a fala do político como sendo uma espécie de cinismo e deboche. Esse tema foi muito comentado pela imprensa e a crônica “Balas de estalo”, abria, portanto, caminho para o surgimento do pseudônimo Lélío, de Machado de Assis. Tal pseudônimo usaria das particularidades do personagem Lélío, para debater e ironizar a realidade do Império brasileiro.

Portanto, como podemos ver nos estudos explicitados anteriormente sobre os pseudônimos, as pessoas que estão por trás de tais personagens conseguem uma maior liberdade para abordar e discutir junto ao leitor os principais temas que não foram resolvidos da realidade a qual estão inseridos. Neste sentido, através do narrador Julio Verim, poderemos compreender, pelo menos em parte o que estava acontecendo naquele momento, pois, através de seus artigos, ele consegue explicitar as angústias, os anseios e os projetos para o país, que aquela sociedade em questão, naquele momento discutia. Então devemos salientar a importância dos temas que eram discutidos pelo narrador, como poderemos ver no decorrer da pesquisa.

1.2 - Os artigos de Julio Verim: um panorama geral

Julio Verim foi um grande articulista da *Revista Illustrada* ao longo das décadas de 1880 e 1890. Pseudônimo de Luiz de Andrade, sua primeira aparição no periódico foi em 10 de janeiro de 1885, e sua última contribuição foi em março de 1897. Ao longo dos dois anos que foram pesquisados, entre 1887 e 1888, levantou-se dados que pudessem responder às indagações sobre o que estava sendo articulado e discutido por esse pseudônimo.

Nesse período, foram publicados 81 números do periódico, sendo que, no ano de 1887, saíram 31 números e no ano seguinte foram 50 números da *Revista Illustrada*. Destes 81 números, Julio Verim deixou de publicar apenas em doze ocasiões, sendo três vezes em 1887 e nove vezes em 1888, de forma sequencial. Todos os artigos e publicações que Verim assinou para a *Revista Illustrada*, nesses dois anos, apareceram na segunda página do periódico, com exceção da tiragem que saiu no dia 15 de junho de 1887, cuja publicação foi na sexta página. Era muito raro o autor escrever mais de uma matéria por periódico e em apenas três números¹² deixou de obedecer a essa regra.

¹² Que foram nas edições do dia, 05 de fevereiro de 1887, 25 de fevereiro de 1887 e 30 de abril de 1887.

Os artigos assinados com esse nome ocupam necessariamente de duas, na maioria dos casos, a três colunas do periódico em cada página, mas não obedeciam a uma regra quanto à ocupação das colunas; ora iniciavam-se na primeira coluna e se desenvolviam para a segunda, ora começavam na segunda coluna e se desenvolviam para a terceira. Foram raras as vezes em que começaram na terceira coluna e se desenvolveram para a primeira coluna da terceira página ou que ocupassem mais de duas colunas no periódico. Essa regularidade demonstra o vínculo do colaborador com o periódico, bem como a sua aceitação com relação ao público leitor. Com relação aos títulos, esses artigos não ganharam um em específico, de modo que o título que mais se repetiu foi “Pela política”, com um total de oito matérias escritas e, em segundo lugar, vieram os títulos “Espécie de crônicas”, e “Zig-zag político”, cada um contendo três publicações. O restante das matérias recebeu títulos aleatórios, na maioria das vezes remetendo-se à política.

São vários os temas abordados, mas aquele que mais se sobressai diz respeito ao jogo político que é desenvolvido na Câmara, nos Ministérios e no Senado. A abolição também é bastante recorrente, assim como a questão militar, as decisões tomadas pelo Barão de Cotegipe, a família Imperial, além dos partidos Republicano, Liberal e o Conservador. Outro tema que volta e meia é discutido no periódico é a questão dos imigrantes. Todas as discussões quanto a esse tema são desenvolvidas através das decisões políticas nos gabinetes ministeriais. Quando tais temas são retratados, é recorrente a utilização de ironias.

Os assuntos mais discutidos por Julio Verim sempre estão relacionados aos que os outros colunistas estão discutindo na *Revista Illustrada*, em raras ocasiões isso não acontece. O que se nota é que este pseudônimo é responsável por relatar os principais temas que estão sendo discutidos naquele período. Na maioria de suas discussões, o tema relatado tem alguma conexão com a política, em relação aos acontecimentos nos gabinetes ministeriais. Desta forma, na maioria das vezes, ele procura demonstrar, sob seu ponto de vista, o jogo político desenvolvido nos Ministérios, na Câmara e no Senado do Rio de Janeiro e o que de mais importante aconteceu nas demais províncias. A política descrita por Verim, neste sentido, é retratada de forma irônica como uma espécie de encenação, na qual ninguém quer fazer nada que seja realmente importante para mudar a realidade do Brasil, como fica claro neste trecho a seguir:

“Como todo sabem, não há teatro que não apresente duas vistas opostas, (...) com a política, é o mesmo, quem sabe ver, ao através dos

acontecimentos, deve sentir uma certa comiserção dos ministros, coitados! com horas marcadas de serviço, em S. Christovão, com antipatias intestinas, entre si, brigas frequentes, e a obrigação de fazer cara... dura. Quem, porém, não se dá a esse trabalho e fia-se em aparências, vê tudo cor de rosa: coupés acompanhados por ordenanças, cambio alto, bajulações, etc. Voltado do acesso, o caso muda de figura, e basta olhar para a cara de um ministro, com as suas rugas e os seus traços de sonambulo, para ver, logo, que ele tem poucos amigos”¹³.

Algo que foi notado durante os dois anos pesquisados é que o ano de 1887 até o dia 13 de maio de 1888 se distinguiu muito das análises feitas pelo autor no período após a abolição. Neste contexto, ao analisar estes dois anos, percebe-se uma grande ambiguidade do pseudônimo quanto ao seu posicionamento político, o qual muda totalmente em relação ao tipo ideológico de governo o país deve ter. O que se percebe é que Julio Verim, antes da abolição, fazia severas críticas de embate contra a família Imperial e ao partido Conservador e à figura do Barão de Cotegipe, além de retratarem estes como os inimigos da questão servil e, nesse viés, querer postergar ao máximo possível a questão da abolição. Para Julio Verim, o governo Imperial não governava para o povo e sim para se perpetuar no poder e aumentar suas riquezas, era visto como amigo dos escravocratas e defendia os seus interesses. Assim, diz ele:

“Politicamente, o ano que hoje finda, não foi mal de todo, bem contra a vontade, dos que dirigem a nossa política. As medidas reacionárias do governo, foram um tônico para o país, um molho de pimenta para o paladar, meio embotado, do bom público, dando em resultado um grande apetite pela abolição. Como único recurso protelatório, o Sr. Cotegipe, aos 70 anos, encurralou-se na promessa de ir estudar a questão, já estudada, batida e debatida, desde 1831”¹⁴.

Em contrapartida, após 13 de maio de 1888, Verim muda seu posicionamento com relação ao comportamento anterior, passando a exaltar as decisões da família imperial e do seu governo. Para ele, agora o modelo de governo é o perpetrado pelo governo imperial, tendo como líder a princesa Isabel. Assim, o país passaria por um grande

¹³ Júlio Verim, “COMEDIA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 05 de Fevereiro de 1887.

¹⁴ Julio Verim, “POLITICA DO FIM... DO ANNO”, *Revista Illustrada*, 31 de Dezembro de 1887.

desenvolvimento e progresso, evocando a condição de pátria livre, a qual os brasileiros deveriam exaltar. Neste momento, todas as decisões da família real e de seu governo são bem vistas. Para o autor, a princesa Isabel deu um grande passo para o futuro da nação brasileira ao assinar a lei Áurea, e por isso é respeitada por ele.

“(…) Hoje, passa o Imperador, ovante, entre as alas de um povo regenerado, contente de si e do seu governo! Ninguém mais sente no fundo do coração, o pavor, de encontrar, face a face, quando menos espere, um d’esse quadros nefandos, da perseguição aos escravos. Não há sobre os corações nenhum crepe lutuoso. A regente, com um patriotismo, que a história nunca louvará assaz, desafrontará a alma nacional, dos terrores e da lepra da escravidão! Nunca um rei teve maior dadiva! (...) houve a consagração de uma heroína, um preito Izabel, a redentora. Também, se ele lhe deu um império, ela lhe entregou uma pátria livre!”¹⁵

Desta forma, como se vê na citação acima, até mesmo o imperador D. Pedro II, o qual, antes era visto como um velho caquético, cuja capacidade de se governar o Brasil era mínima e que usava as contribuições do país para viajar pelo mundo, é considerado, neste momento, como um senhor sábio, como uma grande majestade, além de ser exaltado pela condição de monarca do país, agora, ao lado da filha, é capaz de dar um ilustre rumo para o futuro da nação brasileira.

Júlio Verim retratava os partidos Liberal e Republicano como uma opção que poderia colocar frente ao partido Conservador, isso antes da abolição. Mas ele fazia severas críticas ao partido Liberal por não tomar posicionamento em algumas causas, principalmente à causa abolicionista. Esse partido, então, era visto por ele como aquele que ficava “em cima do muro”, esperando as oportunidades de seu interesse, assim não tinha escrúpulos e poderia se aliar a qualquer um dos lados. Verim ironizava:

“(…) Os liberais, dotados d’essa ingenuidade infantil que os faz suporem-se um partido organizado, ficam esperançados e dizem, com os seus botões: É bom não indispor esse homem que se mostra tão

¹⁵ Julio Verim, “NA PATRIA LIVRE!”, *Revista Illustrada*, 25 de agosto de 1888.

simpático a um dos nossos. Conservemo-lo, n'essa doce tendência de espírito, e ele nos passará o poder, na primeira ocasião!”¹⁶.

Já em relação ao partido Republicano, Julio Verim, no ano de 1887, quase não fez referências diretas a ele, apenas em algumas ocasiões, nas quais o colocava como um partido que estava encurralado pelos seus adversários e era vítima do jogo de poder perpetrado pelos partidos Conservador e Liberal, como se mostra neste trecho: “Nós os conservadores, dar-lhe-hemos todo apoio, e eles, com a responsabilidade do poder, serão os melhores guardas da constituição. Os republicanos ficarão isolados e estará salva a dinastia, pelo menos, durante alguns anos”¹⁷. Assim, Verim considerava tais partidos como oposicionistas ao governo, mesmo com uma força limitada. Mas no ano seguinte, esse pseudônimo passou a fazer severas críticas ao partido republicano, mudando, desta forma, seu posicionamento político. Como se vê:

“Seria eternamente vergonhoso, para o Brasil, que o movimento republicano, em nossa pátria, proviesse de uma lei como a de 13 de Maio, e bastaria esse labéu, para que tal forma de governo, se hoje triunfasse, caísse amanhã, salpicada de sangue e de lama. Aqueles, que, antes de 13 de Maio, pugnavam por essas ideias, deviam lembrar-se que sua união com os despeitados de toda ordem os infama, os suja, os desmoraliza para sempre. Todos repetirão o dito popular: diz-me com quem andas...”¹⁸

O partido Republicano é retratado por Julio Verim como uma espécie de traidor da causa que defendia, ao aceitar em suas fileiras os antigos escravocratas que, segundo ele, apenas se uniram ao partido por estarem insatisfeitos com o governo Imperial, o qual libertou os escravos, e desta forma não manteve seu principal interesse: a manutenção da escravatura. Verim tem, neste momento, o partido Republicano como um inimigo, pois estão mancomunados com os antigos senhores de escravos, tramando a queda da monarquia, governo este que, após a abolição, se posiciona de forma favorável. Então, no ano de 1888, o pseudônimo faz inúmeras críticas diretamente às ações do partido

¹⁶ Julio Verim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 13 de Agosto de 1887.

¹⁷ Julio Verim, “ESPECIE DE CHRONICA”, *Revista Illustrada*, 31 de Maio de 1887.

¹⁸ Julio Verim, “POBRE REPUBLICA”, *Revista Illustrada*, 23 de Junho de 1888.

Republicano, o qual é oposicionista ao governo que trouxe liberdade para a nação brasileira, e além de se aliar aos algozes de outrora, tornando-se inimigos da liberdade.

Já os escravocratas são vistos, por Verim, de maneira negativa, com algumas ressalvas para aqueles que libertaram seus escravos bem antes da abolição, diferentes dos oportunistas, que quando souberam que não haveria outra solução, senão a queda da escravidão, começaram a libertar seus escravos para caírem nas boas graças da sociedade, bem como de seus libertos.

Assim, o escravocrata era tratado por Verim como um algoz cruel e sádico, que fazia de tudo para postergar a abolição e sugar ao máximo de seus escravos. E quando acontece a abolição, aquele escravocrata que perdeu seus escravos, torna-se o inimigo da nação, pois planeja a derrubada da Monarquia. Assim, para conseguir tal objetivo, une-se ao partido Republicano e por isso é apelidado, por Verim, ironicamente como “republicanos de 14 de maio”. Os escravocratas e Republicanos querem, portanto, instaurar uma república no país e derrubar a família Real, em represália à ação deles à abolição. Julio Verim, desta forma, trata esses homens como uma espécie de parasitas, os quais usam as instituições para alcançar seus objetivos e manter seus interesses e quando tais instituições não mais defendem seus interesses se viram contra elas. Assim diz ele:

“(…) mas, na imensidade de seu despeito, imaginaram ferir o coração de todos os patriotas, fazendo manifestações hostis à Princesa. Plano covarde e miserável, que só o escravagismo podia inspirar, e que é a única nodoa que mancha o advento da liberdade em nossa pátria! Todos esses evadidos das senzalas, todos esses surradores de escravos, todos esses parasitas do suor alheio, acharam que a ocasião era boa para se declararem republicanos. Esse movimento, porém, está isolado entre grupos negreiros e só é explorado por imbecis, que julgam que a república, no Brasil, pode assentar sobre troncos, sobre feitores de oito e até sobre assassinos(…)”¹⁹.

Uma figura que sempre é recorrente nas discussões de Julio Verim é o ministro Barão de Cotegipe. Mas, diferentemente dos outros posicionamentos do narrador, o ministro, nesses dois anos de revista, é sempre criticado. Quando Verim era contrário à Monarquia, ele tratava o Barão de Cotegipe como um grande manipulador na atuação

¹⁹ Julio Verim, UMA CHICANA, *Revista Illustrada*, 09 de Junho de 1888.

política, aprovando leis retrógradas, as quais permitiam que postergassem o máximo possível o trabalho escravo e defendiam os interesses dos escravocratas.

Quando ocorreu a abolição, o Barão passou a defender os interesses dos antigos senhores de escravos. Verim cita que Cotegipe foi o principal articulador para formular uma lei que iria indenizar os antigos senhores de escravos, pois estes reclamavam que tinham sofrido grande perda com as libertações dos mesmos. Neste sentido, o autor sempre colocava o Ministro como um grande vilão e manipulador, o qual, em um primeiro momento, era o grande inimigo da abolição e, após a abolição, tornou-se um grande defensor dos interesses dos grandes latifundiários. Então, Julio Verim comenta:

“O Sr. Cotegipe apresentou, segunda feira última, o seu projeto de indenização aos ex-senhores de escravos, aos surradores de pretos. Um monumento gótico! Que excentricidade! Dizia-me um amigo. O Cotegipe parece-me um médico, que, depois de verificar que o doente bateu a bota, pede pena e papel e esbofa-se em receitar”²⁰.

Por fim, a análise geral do periódico mostra que o narrador em questão estava sempre dialogando e se posicionando frente aos principais embates que aconteciam em sua época. Nota-se que era um grande articulista no embate contra a escravidão, chegando a participar da Confederação Abolicionista como Vice-presidente²¹. A escravidão era um tema central em suas discussões e, neste período pesquisado, vê-se que, mesmo depois da abolição da escravatura, ele evocava os períodos da escravidão para exemplificar e sustentar seu discurso e o seu ponto de vista no embate aos escravocratas, pela reafirmação da liberdade dos escravos. Portanto, o tema da escravidão é o cerne de seu posicionamento e de seu discurso, que desde o início, posicionou-se contrário ao sistema escravocrata e, portanto, não há como trabalhar tal pseudônimo sem pesquisar o tema da escravidão.

²⁰ Julio Verim, A INDEMNIZAÇÃO, *Revista Ilustrada*, 23 de Junho de 1888.

²¹ Nas edições do dia 13 de maio de 1888 e dia 06 de setembro de 1890, são mencionadas na *Revista Ilustrada* a participação de Luiz de Andrade como sendo vice-presidente da confederação abolicionista.

Capítulo II: As influências do sistema escravista na construção do narrador Julio Verim na *REVISTA ILLUSTRADA*

Antes de começar a debater tais temas que proponho abordar, deve-se ressaltar que, naquele momento, havia vários jogos de interesse por trás da escravidão. Seja na postergação da mesma ou na luta pela abolição. Desta forma, alguns personagens que antes eram vistos de forma negativa pelo narrador Julio Verim, passaram a ser vistos de outra maneira, ao ponto de serem defendidos por ele em outro momento dos seus relatos.

Neste sentido, no decorrer destes dois anos, os quais me propus pesquisar a respeito do pseudônimo de Julio Verim, há algumas divergências de acordo com alguns de seus ideais, se compararmos seus artigos antes da assinatura da “lei Aurea” e após este momento. Mas, apesar do pseudônimo mudar seu discurso com relação a alguns elementos que antes defendia, ele mantém uma coerência durante todo período estudado, de combate contra o sistema escravista e seus defensores, e defesa da abolição. Neste sentido, em seus artigos, no período estudado, o tema central é sobre o diálogo contra o sistema escravocrata. Então, o pseudônimo de Julio Verim sempre está dialogando com o tema da questão servil e a defesa da abolição deste sistema.

2.1 - A divisão da sociedade brasileira

O pseudônimo de Julio Verim representa para a *Revista Illustrada* um dos principais combatentes do sistema escravocrata, e faz severas críticas ao sistema que mantém a escravidão. O combate e a discursão contra a questão servil é um dos principais temas que ele propunha em suas colunas, talvez seja o único tema que o pseudônimo de Julio Verim não entra em ambiguidade como poderá ser visto no decorrer do texto. No trecho a seguir, fica evidente seu posicionamento contra a instituição da escravidão, “Contra a escravidão, que ela representa e quer sustentar, levanta-se o povo, as associações, os partidos, a imprensa, os bispos, as escolas, a marcenaria. Enfim... tudo”²².

De acordo com algumas pesquisas historiográficas, naquele momento, em que o narrador estava inserido, havia um acirramento muito grande entre os senhores de escravos, os quais tentavam sustentar o sistema servil, contra as pessoas favoráveis a

²²Julio Verim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 03 de Setembro de 1887.

abolição. Era um momento tão tenso que, alguns latifundiários chegaram a organizar Clubes da Lavoura com o intuito de barrar a onda abolicionista. Neste sentido, estes grupos de fazendeiros tumultuavam as cidades, exigindo que as autoridades policiais, repreendessem os escravos fugidos, advogados e juízes que estavam envolvidos nas causas abolicionistas. Então Maria Helena Machado, diz em relação a este tema:

“Congregados em bandos armados, sempre sob a direção dos mais poderosos, os fazendeiros não se acanhavam em ameaçar, pelas armas, advogados, juízes e delegados que não demonstrassem identificações estrita com seus interesses. Vale lembrar o bem conhecido discurso apresentado por Christiano Ottoni ao Senado em 1884, o qual não apenas registra a escalada de tensões sociais nos distritos escravistas, que passavam a antepor radicalmente fazendeiros aos escravos revoltosos e militantes abolicionistas, como evoca os crescentes conflitos entre autoridades municipais, judiciárias e policiais e os grupos de fazendeiros organizados em tornos dos Clubes de Lavoura ou em bandos armados. Situação que sugeria, não sem razão, a emergência no Brasil — ou pelo menos nas áreas conturbadas pelos conflitos escravistas — de padrões de justicamento sumário e linchamento, tidos como uma das consequências mais nefastas da guerra civil norte-americana”²³(machado, 2009, p.387)

Por essas e outras, o narrador se mostra em seus artigos, indignado contra o sistema servil, principalmente contra as pessoas que defendem tal sistema, a ponto de intimidar os cidadãos que se colocavam contra o sistema em questão. Neste sentido fica claro que, para o pseudônimo de Julio Verim, a manutenção da escravidão é algo inconcebível, é algo que vai contra a ordem natural das coisas. Assim, para ele, é natural que todos sejam contrários ao sistema escravocrata. Então através de sua participação na *Revista Illustrada*, ele consegue desta forma mandar um recado diretamente para as

²³ Machado, Maria Helena, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, em *O Brasil imperial – Volume III – 1870-1889*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles), 2009, p.387.

peessoas e instituições que são a favor da escravidão. Em seus recados direcionados as pessoas e instituições que contribuem para manutenção e postergação do sistema servil, transparece que tais pessoas e instituições são os verdadeiros inimigos da pátria brasileira, assim são tidas como parasitas de um sistema ultrapassado, que apenas contribui para o atraso da nação brasileira. Então, para ele, é necessária a luta contra os defensores do sistema escravocrata, pois para Julio Verim os apoiadores do sistema servil são o que de pior há no país, se comportam como verdadeiros assassinos. No trecho abaixo diz ele:

“Essa atitude de uns tantos estrangeiros, hostil ao sentimento nacional e sustentadora de uma instituição, como a escravidão, que é um crime em seus respectivos países, é uma das páginas mais tristes e vergonhosas, que jamais se escreveu, em qualquer país, inclusive os da costa da África, de onde os ascendentes desses signatários, trouxeram para o nosso país a nefanda instituição do cativeiro, que tanto nos perturba e nos envergonha”²⁴.

Desta forma, como se ver no trecho acima, Julio Verim deixa bem claro que a instituição do sistema escravocrata no Brasil é algo vergonhoso, é um crime que já deveria ter acabado. Então, para ele, o que resta é que a sociedade brasileira se una no propósito de combater tal sistema, pois, há que se dar um fim neste sistema de injustiça. Julio Verim, neste sentido, quer passar um recado para as pessoas e instituições que são a favor do sistema servil. Segundo suas afirmações, não adianta intimidar os abolicionistas, pois estes vão pagar na mesma moeda, assim diz ele: “Aqui, não. Os intimidadores limitaram-se a insultar os abolicionistas, e estes pagaram-lhes na mesma moeda”²⁵. Ou seja, segundo o narrador os abolicionistas não vão desistir de seus projetos, não vão se acovardar, lutará até o fim para que o sistema escravista deixe de existir.

De acordo com algumas historiografias, fica claro que principalmente na década de 1880, há um debate mais acalorado entre os abolicionistas com os senhores de escravos. Neste sentido o abolicionismo brasileiro toma novos moldes, na qual as ações

²⁴JulioVerim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 03 de Setembro de 1887.

²⁵JulioVerim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 03 de Setembro de 1887.

de alguns grupos abolicionistas deixam para traz suas ações moderadas e adotam um estilo mais radical. Neste sentido, a historiadora Lilia Schwarcz diz que:

“O abolicionismo brasileiro, porém, não foi só moderado. Principalmente na década de 1880 surgem grupos radicais que, não podendo atuar no Parlamento, acabam agindo por meios ilegais. Assim, nesse momento, em diversas regiões, diferentes grupos estimulam as fugas de cativos, que ocorrem com maior intensidade em São Paulo. Antônio Bento, por exemplo, juntamente com seu grupo, os caifazes (...) começa a atuar com grande frequência, incentivando fugas e criando todo um sistema de proteção ao escravo fugitivo. Avoluma-se então as fugas e os movimentos de rebeldes negros, a questão da suspensão do trabalho servil passa a constituir ponto básico de debate, agitando todo o já precário equilíbrio do país”²⁶ (Schwarcz, 1987, p. 37).

Neste sentido, em um momento em que se acirraram debates e ações a favor do abolicionismo, Julio Verim, através de seus artigos, se coloca contra as instituições que se beneficiam do trabalho escravo. Assim, os escravocratas, os políticos e partidos que tentam postergar ao máximo o sistema servil, além da família real brasileira, são seus principais alvos. Desta forma, em seus artigos, Julio Verim deixa bem claro a quem está fazendo as críticas. Apesar de ser muito direto, na maioria das vezes a quem se direcionam suas críticas, muitas vezes ele usa a estratégia da ironia para poder debater e defender seu ponto de vista. A ironia assim é uma arma usada na redação de seus artigos, é algo que os redatores daquele momento usavam para criticar e combater de forma indireta seus inimigos.

Julio Verim, em alguns de seus artigos, deixa clara a separação da nação brasileira entre aqueles que são a favor da escravidão e os que são contrários. Ou seja, são aqueles que lutam, defendem e são favoráveis da abolição, segundo ele, são as pessoas de bem, são pessoas civilizadas. Ele também salienta que aquelas pessoas que não tomam partido,

²⁶ Schwarcz, Lilia Moritz, “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”, São Paulo, companhia das letras, 1987, p. 37.

contribuem diretamente para a manutenção do sistema servil. Desta forma, cobra um posicionamento destas pessoas, pois segundo ele, elas podem ser confundidas como favoráveis aos ideais escravocratas. Então, neste sentido, em alguns momentos, ele até usa a religião para deixar clara a divisão da nação brasileira, o caminho que cada um se propõe a seguir:

“Dizer-se-ia que o nosso país está dividido em dois grupos, um de cristãos inspirado pela santa palavra dos apóstolos e outro de mouros, a quem o próprio Satã insufla as maiores iniquidades. E todos notam que este segundo grupo é todo oficial, e o que mais timbra e bate nos peitos, em frequentar as igrejas e em envergar opas! A religião para eles, como os fatos o estão demonstrando, é uma simples hipocrisia, e, tanto, que não atendem a voz dos seus ministros.”²⁷

O que se ver nas palavras de Julio Verim é que ele usa a religião oficial do Império brasileiro naquele momento, para justificar e legitimar sua ideia. Segundo ele, a religião certa a ser seguida é a cristã católica, é a religião das pessoas contrárias à escravidão, e desta forma, são protegidos pelos ministros da igreja e por Deus. Já as pessoas a favor do sistema escravocrata são comparadas com os mouros ou a religião do islã, que naquele momento era vista como uma religião negativa, contrária à religião verdadeira (cristã católica), assim tornam-se pagãos. O pseudônimo até cita que alguns dos escravocratas preferiam se tornar ateus a concordarem com os conselhos dos ministros da igreja católica. “Não querem Deus, desde que ele, pela voz dos seus ministros lhes aconselha a igualdade humana. Nos paços e nas secretarias de estado, adora-se o bezerro de ouro! Com um governo de pagãos ou de ateus, ninguém tem, pois, que admirar-se de tanta barbaria!”²⁸

Portanto o narrador não mede palavras para criticar as pessoas que apoiam o sistema escravocrata, era um momento muito conturbado em que havia a cobrança para que as pessoas tomassem partido na luta contra ou a favor à abolição. Então a luta para mostrar os pontos negativos que estavam por detrás do sistema servil era extremamente necessária, pois era uma arma para pressionar os políticos e o governo a fim de acabar

²⁷Julio Verim, “ESPECIE DE CHRONICA”, *Revista Illustrada*, 26 de Novembro de 1887.

²⁸Julio Verim, “ESPECIE DE CHRONICA”, *Revista Illustrada*, 26 de Novembro de 1887.

com o sistema servil. Neste sentido ele acredita que é a política que tem o poder para derrubar o sistema escravocrata.

2.2 - A política

O pseudônimo de Julio Verim faz severas críticas aos escravocratas, mas quando algum senhor liberta seus escravos, o narrador salienta que o entrave para a abolição é o próprio governo. Pois enquanto há vários senhores fazendo festas de libertação, o governo tenta postergar o máximo possível a escravidão. Como se evidencia no trecho a seguir:

“E caso virgem, que pela primeira vez brilha na face da terra, em honra aos sentimentos dos brasileiros, os próprios senhores de escravos, mas adiantados de que o governo, abrem mão da propriedade anômala e inscrevem-se entre os libertadores! Só o governo nesta questão faz o papel de Sancho Pansa, e ao seu lado a associação comercial, finge de D. Quixote”²⁹.

O que o pseudônimo neste caso queria dizer é que o sistema servil estava com os dias contados e o senhor de escravos, percebendo este fato, libertava seus escravos na tentativa de cair nas graças da sociedade e de seus libertos. Pois, ao dar alforrias aos seus escravos, estes, por gratidão muitas vezes, preferiam trabalhar para seu antigo senhor, do que se arriscar a trabalhar em outro lugar.

Neste sentido, de acordo com a historiografia, o pensamento de Julio Verim não estava errado, pois o que concerne aos escravocratas naquele momento era tentar postergar o máximo possível a mão de obra escrava. De acordo com José Murilo de Carvalho (2003), os proprietários de escravos da grande lavoura foram contrários às medidas abolicionistas em todo processo de discursão e votação de leis sobre o tema, adotando oposição velada e aberta nos momentos de maior discursão nos anos de 1850, 1871, 1884 e 1885. No trecho a seguir, Carvalho diz:

²⁹Julio Verim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 03 de Setembro de 1887.

“A adesão final foi antes a aceitação de um fenômeno irresistível, do qual se impunha tirar o melhor proveito, ou seja, conseguir a simpatia dos escravos mediante a libertação espontânea. Não há evidência de que qualquer grupo significativo de proprietários tenha optado pela abolição em virtude de convicção quanto à maior produtividade do trabalho livre. Como mostram vários estudos, as libertações em massa só se deram nas vésperas da abolição, e isto tanto no Vale do Paraíba como no oeste paulista ou na Zona da Mata pernambucana. A escravidão foi tida até o final como economicamente compensadora e a opção pela mão-de-obra livre era feita mais pela certeza do fim inevitável do braço escravo do que pela crença em sua ineficiência. O grande aumento da imigração em 1887 facilitou a transição no oeste paulista assim como a queda dos salários a facilitou em Pernambuco”³⁰ (Carvalho, 2003, p.321)

Neste sentido, Julio Verim analisava e ficava muito apreensivo com relação aos vários meios que os estadistas usavam para enganar a opinião pública. Para ele, nestas ocasiões em que alguns senhores faziam grandes festas para a distribuição de cartas de alforrias para seus escravos era um momento que havia grandes encenações destes senhores escravocratas. Na qual, quando alguns escravocratas libertavam parte de seus escravos, eles transpareciam para a opinião pública como pessoas benévolas e favoráveis à abolição do sistema escravista. Contudo, para Julio Verim, por “debaixo dos panos”, as pessoas favoráveis à escravidão armavam estratégias para a manutenção e postergação do trabalho escravo, além de acalmar os ânimos em relação às pessoas que buscavam o fim da escravidão. Assim, ele cita um exemplo que aconteceu no momento em que o Sr. Campos Salles libertou parte de seus escravos, com o objetivo de cair nas graças da opinião pública, mas junto com ele na festa, segundo o narrador, havia vários escravocratas que aplaudiram sua ação. Julio Verim então crítica:

³⁰ Carvalho, José Murilo de, “A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.321.

“Francamente: que me importa que 50 ou 100 escravos gozem já da sua liberdade, se dezenas de milhares vão sofrer com isso uma delonga cruel em suas aspirações? Se durante todo esse tempo nossa pátria continuará a sofrer do mal da escravidão? Que me importam as libertações instantâneas do Sr. Campos Salles, se da dissidência, da perturbação da reunião, pode nascer o espírito de resistência, que dificulte, espantosamente, a resolução do problema? Sacrificar o todo pela parte, só mesmo de estadistas muito míopes ou muito... platônicos. E foi isso o que aconteceu”³¹.

Então, naquele momento, Julio Verim deixa claro que não adiantavam alguns estadistas e políticos libertarem apenas alguns de seus escravos, se na câmara e no senado eles estavam lutando para a manutenção do sistema servil. Para ele isto era uma hipocrisia nefanda, pois, sacrificavam um todo com a encenação da libertação de poucos escravos. Esta era uma forma de aplacar a opinião pública, como se as coisas em relação à questão servil estivessem andando, mas, na verdade, contribuía para dar força à resistência a favor da manutenção do trabalho escravo.

Schwarcz (2007), no texto *Dos Males da Dádiva*, deixa claro que as ações dos senhores de escravos, através de comícios e desfiles, demonstravam um ritual de libertação, em que o escravo e o liberto eram demonstrados como passivo e anônimo. Em contrapartida, os senhores de escravos, nestas ocasiões, destacavam-se como pessoas benevolentes por estarem libertando parte de seus escravos. Neste sentido, segundo Schwarcz (2007), estes momentos eram uma prática destinada para que os senhores de escravos fossem bem vistos pela opinião pública, além de demonstrar para as pessoas que estavam sendo libertadas o seu lugar e posição naquela sociedade em questão, ou seja, quase nada mudaria para estas pessoas, tendo em vista que a maioria continuaria trabalhando, ou desenvolvendo relações de clientelismo com seus antigos senhores. Schwarcz então diz:

“Dessa maneira, os rituais privados de libertação eram antes a afirmação da propriedade ou pelo menos de que “algo deveria mudar

³¹Julio Verim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 24 de Dezembro de 1887.

para que tudo permanecesse como estava”. Nesse sentido, buscando dar uma aparência “natural” a esse problema complexo que se referia ao assentamento dos escravos em suas antigas propriedades, mesmo que em regime assalariado, os proprietários caprichavam nos festejos, tentando passar uma imagem de celebração para o que era, no mínimo, inseguro e passível de temor”³² (Schwarcz, 2007, p.35)

No cenário político da câmara e do senado, para o narrador estas instituições eram vistas de forma negativa e oportunista, além de aliada aos escravocratas por puro interesse. Segundo Julio Verim eram esses políticos que impunham um entrave à libertação dos escravos, principalmente os políticos filiados ao partido conservador. Assim, para ele, a manutenção e a postergação da escravidão trata-se de um sistema engendrado pelos senhores de escravos, com o apoio dos políticos da câmara e do senado. Desta forma, para Julio Verim os políticos que apoiavam o governo, eram o grande entrave que não permitia a abolição da escravatura. Então ele não esperava nenhum grande projeto em favor da abolição vindo da câmara ou do senado, como se ver no trecho seguinte:

“Quanto a câmara, todos sabem que ela foi eleita por um pacto com a instituição moribunda, e que uma vez extinta a fonte sinistra da sua vida, ela se dissolverá no esquecimento generoso dos patriotas, tendo os que atualmente a compõe, muito cuidado em não falarem no que fizeram. Pouco se pode esperar dela, sem todavia ser um grande milagre, que vendo a vitória sorrir do lado oposto, ela se transfira para ali, com armas e bagagens”³³.

Então Julio Verim deixa claro que, se dependesse do governo e dos partidos ligados a ele, não havia o que se esperar destas instituições. Pois, por um lado há o partido conservador que é mancomunado com os escravocratas e obedecem desta forma suas

³² Schwarcz, de Lília, “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”, em *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, organizado por Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Rio de Janeiro, editora FGV, 2007, p.35.

³³ Julio Verim, “SURDEZ E POLITICA”, *Revista Illustrada*, 11 de Setembro de 1887.

orientações, e o partido liberal que, segundo ele, fica em “cima do muro”, pois não se coloca contra o governo, mas também não apoia totalmente, ou seja, é um partido oportunista, que analisa a melhor opção para que possa atingir seus objetivos. Para Julio Verim, o partido liberal sucumbiu e se entregou aos apoiadores do sistema escravocrata, não quer fazer mais nada, assim diz ele:

“Sabe-se que os liberais, graças a alguns Bazaines, se entregaram ao inimigo, como os franceses, atraídos em Mertz. A opinião de que tal partido suicidou-se, é corrente, e se Sr. Arthur de Azevedo, ainda não profligou tão feio ato, foi, provavelmente, por contar algum amigo, entre os parentes do falecido. A sessão passada, provou, de mais, que tal partido desaparecerá. Não houve oposição. A câmara e governo viveram como Deus com os anjos”³⁴.

Então a política em si, para Julio Verim, era uma forma pela qual era usada em favor de poucos (escravocratas), em detrimento da grande maioria, os escravos e os cidadãos de bem. Neste sentido, de acordo com a opinião de Julio Verim, o governo e as instituições políticas tinham o poder de libertar os escravos a qualquer momento, mas continuavam a fazer as vontades dos escravocratas, e assim atrasar o máximo possível a libertação dos escravos, conforme era o intuito dos senhores de escravos.

Mas de acordo com a historiografia que trata sobre o tema, a escravidão principalmente na década de 1880 se tornava insustentável. A pressão da população e de associações abolicionistas, assim como parte de políticos ligados ao governo que eram favoráveis a abolição, e os políticos que apostavam na causa republicana, além mesmo da atuação dos próprios escravos protagonizando revoltas generalizadas através de fugas, protestos e insubordinações a seus senhores. Neste sentido, estas ações naquele momento, contribuíram para que não restassem outra alternativa que não fosse a abolição do sistema servil. No trecho a seguir, José Murilo de Carvalho diz:

³⁴Julio Verim, “PALESTRA”, *Revista Illustrada*, 31 de Março de 1887.

“ A nova lei levou o arrefecimento temporário da campanha abolicionista (Joaquim Nabuco escreveu em 1886 *O Eclipse do abolicionismo*). Mas a batalha recrudesceu logo após, atingindo proporções irresistíveis em 1887. Neste ano, finalmente, os republicanos paulistas se decidiram pela abolição, o mesmo acontecendo com os conservadores liderados por Antônio Prado. Em outro golpe decisivo, o Clube Militar publicou um manifesto recusando-se a perseguir escravos fugidos. Com isto o governo ficava desguarnecido para enfrentar uma situação de rebeldia generalizada dos escravos, pois as forças policiais eram pequenas e a Guarda Nacional há muito deixara de ser força militarmente organizada. Além disto, a Coroa continuou sua pressão e utilizou o pretexto de um incidente policial para demitir Cotegipe e levar João Alfredo à presidência do Conselho. Em maio de 1888 o ambiente era de tal modo abolicionista que somente nove deputados e seis senadores votaram contra a lei da abolição. Dos nove deputados, oito eram da província de Rio de Janeiro, impenitentes até o final”³⁵ (Carvalho, 2003, p.319).

Talvez, a desconfiança que Julio Verim alimentava em relação aos políticos era devido que na província do Rio de Janeiro existia uma ala mais conservadora ligada aos escravocratas do Vale do Paraíba que tentava sustentar a muito custo a escravidão. Contudo, nos momentos que antecederam o “13 de maio”, ele muda de postura com relação aos políticos e passa a acreditar nas instituições políticas do país. Pois em meados do processo que levou à abolição, ele, ainda com um pouco de suspeita, acredita que a nova composição do corpo ministerial dava sinais de que iria sair do comodismo e de fato trataria da questão servil, como deveria ter feito muito tempo antes, a fim de aprovar a lei da abolição. Por mais que tenha um pouco de desconfiança, Julio Verim assim diz em seu artigo:

“Mas, não! Pode-se iludir com falsas promessas uma ou muitas pessoas, mas não se pode prolongar um estado de perfídia e de hipocrisia, em

³⁵ Carvalho, José Murilo de, “A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.319.

face de um povo ansioso. A confiança que o novo ministério conquistou, desde o primeiro dia da sua organização e que restabeleceu, como por encanto, a ordem pública, pode e deve ser mantida, por todos os que se interessam pelo bem e pela grandeza da pátria, pois nenhum sintoma a esmaece. Há porém, espíritos, que resignados à inércia, nos tempos em que a luta, a todo o transe se torna um dever patriótico, quando uma esperança lhes sorri, então, tornando-se sôfregos e incontáveis, tendo um gostinho especial em lançar a suspeição sobre tudo”³⁶.

Mas mesmo que Julio Verim mostrasse sinais de confiança com a nova composição da política no país, ele não deixava de criticar os políticos que estavam contra esta nova realidade, que resistem ainda contra as mudanças, que estão ao lado dos escravagistas. Além de criticar também aqueles políticos que suspeitam de tudo, que não tomam um posicionamento direto, que ficam esperando para ver o que vai acontecer.

Julio Verim, em um artigo posterior, dava sinais de que acreditava que o novo ministério realmente colocaria um fim ao sistema escravocrata no Brasil. Ele até chega a citar que os três grandes partidos devem se unir para o bem da nação brasileira. Neste sentido, ele já não desconfia da política mais como um lugar de encenação, ele acredita que a política pode mudar os rumos do futuro do Império brasileiro. Assim no trecho a seguir diz ele:

“Neste intuito, estamos certos, que tanto os conservadores, como os liberais e republicanos, que põem a Pátria acima das questões de partido, irão às urnas, unidos no pensamento comum de sufragarem um ministério, a quem a opinião pública delegou a honra de riscar dos nossos fatos, a maior vergonha, o maior opróbrio de um país, a nefanda instituição do cativo, a maior fonte de crimes e de horrores, que jamais, a perversidade humana inventou!”³⁷

³⁶Julio Verim, “ATRAVÉZ DA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 24 de Março de 1888.

³⁷Julio Verim, “ATRAVÉZ DA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 07 de Abril de 1888.

De acordo com seu comentário, naquele momento, por mais que Julio Verim desconfiasse das instituições políticas, ele não via outra saída para o fim da escravidão, se não através da união dos grandes partidos políticos daquele momento. É um momento também que contribui para o pensamento otimista do narrador Julio Verim, no qual de fato há o apoio de várias partes da sociedade brasileira, assim como os partidos ligados ao governo e à família real que tomam frente como protagonistas neste processo a favor da abolição, além da pressão da sociedade civil e os próprios escravos. Neste sentido, este seria um momento primordial em que havia grandes possibilidades para que o projeto da abolição fosse concluído.

2.3 - A princesa redentora

A princesa Isabel, quando foi alçada como representante do poder moderador na política brasileira no ano de 1887, era tratada com grande desconfiança por parte de Julio Verim. Para ele a princesa Isabel era completamente despreparada, e demonstrava grande indiferença em relação as causas que realmente importavam, como a questão servil. Então, segundo ele, a princesa estava a serviço da manutenção do sistema vigente naquele momento, ou seja, a princesa Isabel agiria como seu pai o imperador Dom Pedro II agiu, quando esteve à frente do poder moderador. No trecho abaixo, de um de seus artigos, assim diz ele sobre a princesa:

“A indiferença da princesa, não tem, porém, explicação. Nem o provisório, nem as preocupações da família, nem a inexperiência dos negócios, nem a timidez do sexo, nem a solicitude pela música explicam essa abstração por uma questão que nasce do coração e domina tudo entre nós!”³⁸

Esta opinião que era demonstrada por Julio Verim não é nenhuma novidade com relação à família real brasileira. A família real sempre foi retratada de forma negativa por

³⁸Julio Verim, “SURDEZ E POLITICA”, *Revista Illustrada*, 11 de Setembro de 1887.

Julio Verim, assim como o regime monárquico. Opinião esta que mudará após a “lei Aurea” de 13 de maio. Mas antes, em muitos de seus artigos, Julio Verim trata o imperador Dom Pedro II e a família real de forma irônica, sempre fazendo críticas ferrenhas de uma forma que transpareça que o sistema monárquico é um sistema retrógrado que não acompanha o progresso. Para ele o regime monárquico era algo realmente atrasado, e que para se manter no poder, atendia às reivindicações dos senhores de escravos, e desta forma postergavam o máximo que podiam o sistema escravocrata. Em um de seus comentários, fica evidente sua opinião com relação à família real, como se pode ver a seguir:

“Da esquerda para direita corre, pois o boato da abdicação. Deixai-o correr, e tudo mais, que em sentido contrário, já vai aparecendo outro. Fala-se alguma coisa da candidatura do príncipe D. Pedro ao trono. Um moço de talento, um caráter sério, um rapaz refletido, que dá imensas esperanças, e que aos 21 anos já lê memórias à Academia Francesa! Um príncipe morigerado e democrata, como todos os pretendentes! Que bom monarca! Evidentemente, nos povos latinos, o poder moderador de saias, não tem provado bem. Depois... muita coisa: a complicação com os Orleães, uma paixão excessiva pela música, um sentimento religioso exaltado, uma grande inexperiência dos negócios, quer dizer, outras tantas nuvens sobre o horizonte do Brasil. Quiséramos saber qual o fundamento que tem cada uma dessas versões, para dizer ao leitor aonde está o gato.”³⁹

Então, o fragmento acima deixa bem claro o posicionamento que Julio Verim tinha em relação à família real brasileira naquele momento. Ele, desta forma, expõe sua aversão, descontentamento e a desconfiança que nutre pela família real. Para ele a família real naquele momento, é uma instituição desnecessária, que não contribui em nada pelo progresso da nação brasileira.

Há várias pesquisas que procura analisar o período na qual o narrador Julio Verim está inserido. A historiadora Lilia Schwarcz analisa tal período, em seu livro “*As barbas*

³⁹JulioVerim, “ESPECIE DE CHRONICA”, *Revista Illustrada*, 12 de Novembro de 1887.

do Imperador”, ela discorre sobre a perda de influência que a monarquia brasileira sofreu principalmente a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com a sua pesquisa, Schwarcz (1998) reitera que, se antes a família real brasileira vivia com pompa, na qual era o centro da atenção no império brasileiro tanto para o povo, assim como representação política. Contudo, em meados de 1870 até a década de 1880, a monarquia no Brasil começa a cair em descrédito, e o monarca Dom Pedro II, neste sentido, passa a ser alvo de diversas críticas da opinião pública, vindas principalmente de periódicos abolicionistas de grande circulação como a *Revista Illustrada*, o *Mosquito*, a *Semana Illustrada*, entre outros. No trecho a seguir, Schwarcz diz:

“A etiqueta fora do lugar, por certo, pode se tornar motivo de riso. Mas voltemos a d. Pedro. Monarca em uma sociedade que valorizava seus ritos e festas, o imperador abria mão não só de uma série de valores caros à realeza enquanto sistema, como também de elementos destacados nesse contexto particular, tão marcado por uma agenda de festas. Em primeiro lugar, nos últimos anos da monarquia d. Pedro II abandonava uma “ética da ostentação” para vestir a imagem de um senhor envelhecido, enfadado com o poder. Por outro lado, se nos anos 80 mal aguentava as datas cívicas e oficiais, o que dizer do calendário dos rituais populares? Era como se o rolo compressor da política o mantivesse cada vez mais afastado dos negócios do Estado e das aparições públicas”.⁴⁰ (Schwarcz, 1998, pg-871)

Para Lilia Schwarcz (1998), a forma como o imperador Dom Pedro II se descuidava e não preocupava com sua imagem como imperador do Brasil contribuía para mostrar a fragilidade que a monarquia detinha naquele momento. Sobressaiam desta forma as contradições e a instabilidade do governo. Segundo a sua pesquisa, Schwarcz (1998), analisa que o posicionamento do governo com as causas abolicionistas, principalmente com a promulgação da lei de 1871, iniciou-se uma tensão entre a monarquia com os grandes agricultores. Neste sentido começa a abalar a legitimidade do

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia. “A monarquia vai cair” & “A República não pode mais esperar a morte do velho imperador”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.871.

governo monárquico, pois, cada vez mais os grandes latifundiários começavam a questionar o governo e pressionar para que a abolição fosse postergada o máximo possível. Schwarcz, no trecho a seguir, diz:

“Estamos, portanto, distantes da imagem do domínio exclusivo dos senhores rurais, mas quebrara-se, a partir da lei de 1871, a aliança do império com esses setores e a monarquia começava a enfraquecer. Grassava, agora, o medo da desorganização do Estado e da agricultura, pressionada pela questão da abolição”⁴¹. (Schwarcz, 1998, p-915)

Neste sentido quanto mais se aproximava o ano de 1888, a imagem do imperador junto com a monarquia passa a ser alvo cada vez mais de críticas. Nos periódicos da época eram onde circulavam o maior número de críticas destinadas ao sistema monárquico. Desta forma, segundo Schwarcz, atividades rotineiras que Dom Pedro II desempenhava, tais como: estudos de literatura, geografia humana, línguas mortas, linguística e arqueologia eram um descompasso com a política da época. Atividades como dedicar-se a maçonaria eram vistas de forma negativa pela igreja e por parte considerável da população brasileira. Entidades como sociedades carnavalescas, na qual era composta por vários abolicionistas e republicanos, também contribuía com as críticas ao sistema monárquico. Tudo isso de acordo com Schwarcz (1998), contribuía para destacar as contradições e a enfraquecer o governo monárquico. Então no trecho a seguir ela diz:

“Na verdade, não havia mais como adiar o processo. Redigido de maneira simples, o texto da lei era curto e direto: “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário”. O treze de maio redimiu 700 mil escravos, que representavam, a essa altura, um número pequeno no total da população, estimada em 15 milhões de pessoas. Como se vê, a libertação tardou demais, e representava o fim do último apoio da

⁴¹ SCHWARCZ, Lília. “A monarquia vai cair” & “A República não pode mais esperar a morte do velho imperador”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.915.

monarquia: os fazendeiros cariocas da região do Vale do Paraíba, os quais se divorciavam de seu antigo aliado. Mais uma, d. Pedro estava ausente no momento da promulgação da lei e deixava a tarefa e a “autoria” a Isabel, sua herdeira presuntiva”⁴². (Schwarcz, 1998, p.970)

Com a promulgação da “lei Aurea” no ano de 1888, Julio Verim, que era um dos principais críticos da monarquia, muda radicalmente seu posicionamento político com relação ao governo monárquico. Ele passa a defender a família real, principalmente a princesa Isabel, que assinou a “lei Áurea”, na qual favoreceu para acabar com o sistema servil. Neste sentido, ele muda a forma de abordar a família real, ele nutre uma espécie de gratidão com a princesa Isabel. Para ele, a princesa Isabel contribuiu diretamente para que o fim do sistema escravocrata acabasse no Brasil. No fragmento a seguir, conseguiremos ver sua mudança de opinião com relação à família real:

“A princesa estava radiante. Via realizados, coroados pelo céu os seus mais ardentes votos. Já não havia escravos no Brasil! Honra à excelsa senhora, cujos sentimentos e cujo carinho, tanto contribuíram para o batismo de luz e de liberdade, que, nesse dia e nessa hora, caíram sobre a fronte anuviada de uma legião de vítimas. Honra à Princesa Regente, que, se não podia opor-se à abolição, podia te-la retardado, de dias ou meses. E quem não sabe, que um minuto para o sofrimento do escravo, vale por um século de agonias? Bendita *Izabel, a Redentora*, que conquistou um trono, no coração do povo. Que o céu lhe dê em bênçãos e na felicidade de sua família e de seus estremecidos filhinhos, os redatores do *Correio Imperial*. Tantas consolações, como grande foi o bálsamo que a sua mão carinhosa verteu nos corações chegados de 600 mil cativos, de outros tantos homens acossados como feras, de uma legião de mães separadas dos filhos e de mil virgens indefesas, entregues às sanhas dos feitores. Bendita! Para sempre bendita!”⁴³

⁴² SCHWARCZ, Lilia. “A monarquia vai cair” & “A República não pode mais esperar a morte do velho imperador”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.970.

⁴³ Julio Verim, “A VIDA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 02 de Junho de 1888.

Portanto, conforme o trecho anterior, podemos ver que Julio Verim muda seu comportamento em relação à princesa Isabel e à família real, ele não começa apenas falar bem da princesa Isabel, mas passa a venerá-la, além de defender em seus artigos a família real contra seus adversários. Essa mudança de comportamento não se limita apenas ao limiar da abolição, mas está presente em vários de seus artigos posteriores.

Portanto, a lei que acabou com a abolição era recebida no Brasil como uma explosão de júbilo e como uma vitória do governo imperial. Com efeito, da lei do treze de maio, segundo a pesquisa de Lilia Schwarcz (1998), contribuiu para que a monarquia fosse aclamada como responsável pelo ato da lei da abolição, na qual repercute até os dias atuais a imagem da Princesa Isabel, como a redentora. A imagem da monarquia, neste sentido, ficou em alta neste período, o governo monárquico era aclamado e venerado pelas ruas através da população brasileira, e de alguns intelectuais como Joaquim Nabuco, além de redatores como o analisado neste trabalho. No entanto, essa ação da monarquia contribuiu para que parte de uma minoria atrelada ao governo perdesse prestígio, além dos proprietários rurais, os quais não foram indenizados pela libertação dos escravos, se debandaram para o lado dos republicanos, acabando desta forma a aliança destes com o governo monárquico.

“Divorciavam-se, portanto, nesse momento, duas instâncias de representação. A monarquia, decadente em seus rituais, recuperava o imaginário ao vincular-se ao ato mais popular do Império: a abolição. Mais uma vez a “realeza política” era associada à “realeza mística”, senhora da “justiça”. Paradoxalmente, porém, ao afastar-se das elites proprietárias o Império perdia seu esteio e distinguia-se de sua versão mais institucional. Dessa forma, se na iconografia oficial era a imagem popular que “aclamou Isabel nas ruas” que estará presente, nos rumos políticos os caminhos eram bem mais tortuosos. Esse parecia ser mesmo o último grande ato da monarquia”.⁴⁴ (Schwarcz, 1998, p.971)

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia. “A monarquia vai cair” & “A República não pode mais esperar a morte do velho imperador”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.971.

De acordo com Schwarcz (1998), a monarquia, ao perder o apoio dos grandes latifundiários, estava com os dias contados. Apenas parte da população ainda defendia o sistema monárquico, na qual via a família real como uma espécie de salvadores da pátria. Neste sentido o narrador Julio Verim era uma destas pessoas que defendiam ainda o governo imperial. Ele acreditava que a família real fora responsável pela libertação da nação brasileira de um dos períodos mais obscuros de sua história. Para ele a família real teve a coragem de enfrentar os grandes latifundiários, e promulgar a “lei Aurea”, libertando desta forma inúmeras pessoas. Então, conforme seus comentários, Julio Verim, naquele momento, acreditava que eram os antigos senhores de escravos e atuais grandes latifundiários que contribuíam com o atraso do país, desta forma defendia o sistema monárquico, pois, tiveram coragem de quebrar a aliança com os grandes latifundiários, assim não merecia a traição deles.

Portanto, como pudemos ver nos trechos anteriores sobre as convicções de Julio Verim em relação à família real brasileira, notamos que ele mudou totalmente os comentários dirigidos à família real e ao sistema monárquico. Ele até passa a defender o sistema monárquico e seu governo, os quais, antes da abolição, eram temas que sempre eram tratados de forma negativa. Neste sentido, o que podemos compreender é que o grande inimigo de Julio Verim são os escravocratas ou todos aqueles que contribuíam com o sistema, pois, mesmo com a abolição da escravidão, ele consegue perdoar o sistema monárquico e a família real, mas não perdoa de forma alguma os antigos senhores de escravos, como poderemos ver no decorrer deste texto.

2.4 - A nova causa dos antigos senhores

Com relação aos antigos escravocratas, após o “13 de maio”, Julio Verim não lhes dava descanso, e, logo após a abolição, já partiu para o ataque aos antigos senhores de escravos. Pois Julio Verim conseguia ver o início da articulação destas pessoas naquele momento, a fim de aumentar a força ao movimento republicando, na qual eles passam a se declararem republicanos, e criticar o regime monárquico. Para Julio Verim, esta foi uma manobra por parte dos escravocratas de outrora, que antes apoiavam o partido conservador e a família real, quando estes mantinham a escravidão. Mas em resposta ao

apoio da família real, ao fim do sistema servil, os antigos senhores de escravos, como represália, querem se unir ao partido republicano para acabar com o sistema monárquico e instaurar a República no país. Assim diz ele sobre os antigos senhores:

“Plano covarde e miserável, que só o escravagismo podia inspirar, e que é a única nodoa que mancha o advento da liberdade em nossa pátria! Todos esses evadidos das senzalas, todos esses surradores de escravos, todos esses parasitas do suor alheio, acharam que a ocasião era boa para se declararem republicanos. Esse movimento, porém, está isolado entre grupos negreiros e só é explorado por imbecis, que julgam que a república, no Brasil, pode assentar sobre troncos, sobre feitores de oito e até sobre assassinos.”⁴⁵

Então Julio Verim faz severas críticas aos antigos senhores de escravos. Segundo ele, é o único seguimento que está insatisfeito com a promulgação da “lei Áurea”, e por isso se declaram republicanos, para que desta forma possam se vingar da princesa Isabel, por ter assinado a lei que acabou com a escravidão. Julio Verim reitera que, a vingança dos antigos senhores de escravos não foi dirigida à câmara e ao senado, pois eles iriam precisar destes para derrubar o sistema monárquico. A ira destes latifundiários, neste sentido, é direcionada apenas à família real, então diz ele que: “Os despeitados, porém, não se queixam nem dessa Câmara nem desse Senado, que eles elegeram e votou a lei por aclamação! Só veem a Princesa, certos de que com isso, ferem o sentimento de gratidão que palpita na alma dos patriotas”⁴⁶.

No momento após a abolição o movimento republicano toma força, na qual, angaria o apoio dos grandes latifundiários, que era um dos esteios que sustentavam a monarquia. Deve-se ressaltar que por mais que as ideias republicanas antes da abolição circulassem nos periódicos e fossem defendidas por alguns intelectuais e políticos, o Partido Republicano não era uma força organizada que detinha autonomia. Com exceção do partido republicano da província de São Paulo, que contava com uma organização

⁴⁵Julio Verim, “UMA CHICANA”, *Revista Illustrada*, 09 de Junho de 1888.

⁴⁶Julio Verim, “UMA CHICANA”, *Revista Illustrada*, 09 de Junho de 1888.

partidária de fato, segundo o que defende Renato Lemos (2009), no artigo, “*Alternativa republicana e o fim da monarquia*”.

Segundo Schwarcz, em seu livro *Retrato em branco e negro*, estava acontecendo no momento pós abolição, o que já vinha acontecendo na província de São Paulo. As pessoas ligadas a lavoura estavam insatisfeitas com o declínio do poder político dos “barões do Vale”, que detinham o poder econômico no Vale do Paraíba. Além disso, houve a transferência do eixo econômico para o oeste paulista, contudo essa migração do poder econômico para o oeste paulista não representou ascensão do poder político destes também. E com a insatisfação destes dois grupos, com relação ao limite imposto pela monarquia a seu poder de representação, além de a província de São Paulo ser uma das que mais contribuía no país, com o retorno para a província abaixo da expectativa, e ter representantes no senado inferior a outras províncias com menos recursos econômicos. Tudo isso contribuiu para que os latifundiários insatisfeitos se juntassem ao Partido Republicano Paulista, na qual seu principal objetivo é a derrubada do sistema monárquico. Como fica evidente no trecho a seguir:

“Enquanto veículo noticioso, pareceu levar adiante os interesses dos grandes proprietários paulistas, a princípio escravocratas e, na última hora, favoráveis à libertação e a introdução de imigrantes. Esses mesmos elementos, por sua vez, foram denominados “republicanos da lavoura”, ou seja, ligados ao mundo rural, e que aderiram ao Partido Republicano só quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre. A partir desse momento, o partido, segundo vários autores, começa a se desfigurar, como na reunião do dia 17 de janeiro de 1872, quando se exime de tratar da questão da abolição. Esse é o momento em que vence a ala chamada de evolucionista (ligada à lavoura), e os republicanos mais radicais e fundadores do partido, como Luiz Gama, Américo de Campos e Antônio Bento, são afastados ou retiraram-se. Em 18 de abril de 1878, quando se realizavam a convenção de Itu, considerada ato oficial da fundação do Partido Republicano Paulista, a ala dos grandes

proprietários (chamados mais tarde , paradoxalmente, de históricos) já é então majoritária e vitoriosa”⁴⁷(Schwarcz, 1987, p.71).

Então, naquele momento, Julio Verim compreendeu os motivos que estavam por trás das intenções dos grandes latifundiários. Desta forma, nos números seguintes da *Revista Illustrada*, ele não desiste e continua atacando estas pessoas que, segundo ele, eram traidores. Para ele havia uma grande ambiguidade por parte dos antigos escravocratas, que antes achavam que o sistema monárquico era o melhor que se tinha, mas quando este sistema já não defende seus interesses, então eles adotam um sistema melhor, neste caso ambicionam o sistema republicano. Assim diz ele:

“Depois que a monarquia forrou nossos escravos, vemos que não há mais direito, nem lei, nem propriedade. Vocês são uns gênios. A ocasião é fresca, para atacar a monarquia. Agora que ela conquistou o coração do povo, agora que ela enche de glórias o Brasil, agora que ela lavou o nosso pavilhão da mancha secular, agora que ela tem a gratidão de 600 mil libertos, agora que ela nos dá a liberdade, agora que nos sorri com o progresso, agora que os mandou plantar batatas ou café diretamente, agora, é que vocês querem mudar a forma de governo?... Que diabo! Se vocês têm lembrado disso durante o ministério Cotegepe, quem sabe? Foi um esquecimento fatal. Se vocês falam, aqui uns meses atrás... Se tem libertado os seus escravos, por patriotismo, e se nos aparecem... Mas agora, depois que a monarquia se tornou popular e querida? Vocês estão errados. Agora, é um pouco tarde! Ignez é morta”⁴⁸.

Mas não são apenas os antigos senhores de escravos que são criticados. Julio Verim ver o comportamento do partido republicano de forma negativa. Pois segundo ele, o partido republicano passa aceitar a afiliação de antigos escravocratas. Neste sentido, o movimento republicano, após o “13 de maio”, é inconcebível, pois segundo Julio Verim,

⁴⁷ Schwarcz, Lilia Moritz, “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”, São Paulo, companhia das letras, 1987, p. 37.

⁴⁸Julio Verim, “REPUBLICA DO RIO DO PEIXE”, *Revista Illustrada*, 16 de Junho de 1888.

os antigos algozes foram por muito tempo contra a liberdade, e com isso contra os ideais do próprio partido republicano. Assim ele reitera que, os senhores de outrora estão adotando o partido republicano, para derrubar a monarquia e instaurar a república, e desta forma o partido republicano iria ser conivente com os antigos algozes do sistema servil. Assim diz ele em relação a este tema:

“Seria eternamente vergonhoso, para o Brasil, que o movimento republicano, em nossa pátria, proviesse de uma lei como a de 13 de Maio, e bastaria esse labéu, para que tal forma de governo, se hoje triunfassem, caísse amanhã, salpicada de sangue e lama. Aqueles, que, antes de 13 de Maio, pugnavam por essas ideias, deviam lembrar-se que sua união com os despeitados de toda ordem os infama, os suja, os desmoraliza para sempre. Todos repetirão o dito popular: diz-me com quem andas... Adeptos sinceros de uma ideia, se unem, se se nivelam com os que a exploram, torpemente, não se queixem, se amanhã, toda a gente os medir pela mesma craveira”⁴⁹.

Na pesquisa de Renato Lemos (2009), em uma passagem ele explicita que o partido republicano do Rio de Janeiro aproveitou da insatisfação dos antigos senhores de escravos com a monarquia, por ter libertado os escravos, para angariar filiações ao partido. O que mostra o jogo de interesses que estava presente naquele momento da sociedade brasileira, seja dos latifundiários, ou até mesmo do próprio partido que usou do momento para que seu projeto ganhasse expressividade. Neste sentido, Renato Lemos diz no trecho seguinte:

“O partido esperava que o problema da escravidão fosse resolvido, ainda, pela monarquia para, assim, obter dividendos duplamente: capitalizando o descontentamento que a abolição causaria entre os fazendeiros, sobretudo do Sudeste, e defendendo o pagamento de

⁴⁹JulioVerim, “POBRE REPUBLICA”, *Revista Illustrada*, 23 de Junho de 1888.

indenização aos proprietários de escravos expropriados”⁵⁰. (Lemos, 2009, p.416)

Se não bastasse esse novo comportamento dos antigos senhores de escravos a favor do sistema republicano, Julio Verim se mostra totalmente indignado também com o projeto de lei defendido na câmara e no senado, que visava indenizar os antigos senhores de escravos. Para Julio Verim, tal projeto era inconcebível, pois os senhores de escravos já haviam lucrado demais com o trabalho escravo, e imposto grande sofrimento a estes. Então para ele o discurso dos antigos escravocratas que afirmava haver perdido demais com a abolição, e desta forma necessitavam de uma indenização, era apenas uma grande falácia. Queriam eles, segundo Julio Verim, enriquecer ainda mais às custas do suor do povo brasileiro. Então Verim diz:

“Essa república do Feijão Cru (ex-Leopoldina) da Paraíba do Sul (o rio da escravidão) da Penha do Peixe e do Macuco, não passa de um sinistro carnaval. Ela ainda tripudia sobre o cadáver dos escravos mortos no tronco e está possessa porque lhe tiraram das mãos o açoite. Ela não pode convir nem aos republicanos de ontem, nem os democratas de hoje. Ela está em leilão, a quem mais der, e, quem lhe oferecer mais pingue indenização, fará dela o que quiser. É uma república de morfina, um meeting de feitores e uma gritaria de bocas à espera de bolhas... Os que se nivelarem com tais pedintes ter-se-ão definido”⁵¹.

Portanto, Julio Verim reitera que, para indenizar os senhores de escravos, primeiro deveria se indenizar os que foram libertados do cativeiro, que foram explorados por muito tempo sem nada receber. Então, o projeto que visava indenizar os antigos senhores de escravos proposto pelo Barão de Cotegipe, tinha apenas o intuito de ajudar as pessoas erradas, que sempre se comportaram como parasitas da nação brasileira, e depois que foram obrigados a libertarem seus escravos, queriam continuar sugando a população

⁵⁰ Lemos, Ricador, alternativa republicana e o fim da monarquia, in: O Brasil Imperial, vol. III, (orgs.) Grinberg, Keila, e Salles, Ricardo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.416.

⁵¹ Julio Verim, “Republica e indemnização”, *Revista Illustrada*, 30 de Junho de 1888.

brasileira, como sempre tinham feito nos séculos anteriores. Então pessoas como o Barão de Cotegipe, da qual falarei brevemente a seguir, usava de seu poder político para manipular interesses ligados aos grandes latifundiários.

2.5 - O Barão de Cotegipe

Julio Verim sempre se colocou contra uma das principais figuras políticas de seu tempo: o Barão de Cotegipe⁵². Em seus comentários na *Revista Illustrada*, o Barão de Cotegipe era um de seus principais alvos, pois segundo ele, o Barão era uma figura política que sempre privilegiava os senhores de escravos, tanto que antes da abolição, ele era favorável ao sistema escravocrata, além de aprovar leis que mantinham e postergavam o máximo possível o sistema servil. No comentário abaixo, assim diz ele sobre o Barão de Cotegipe:

“O Sr. Cotegipe respondeu que vai estudar a questão. Tem graça! Uma questão esgotada, em meio século de discussão, batida, coçada até o pelo, sabida de cor e salteada por todos, ainda precisa que um homem, como o Sr. Cotegipe, a estude durante 7 meses, para no fim desse tempo declarar-nos, talvez, que ainda a não pode estudar bem! Isto não é sério. Mas já que a instituição maldita precisa desses recursos, para se manter alguns trimestres, descansemos, porque, na realidade, ela está nos últimos paroxismos”.⁵³

Como podemos ver no trecho anterior, há uma postura adotada por Julio Verim, na qual há uma indignação presente em seus comentários, com relação ao comodismo do Barão de Cotegipe em tratar sobre as leis que pretendiam colocar um fim à escravidão. Então, segundo Julio Verim, o Barão de Cotegipe é uma figura que estava no cenário

⁵² João Mauricio Wanderley (barão de Cotegipe) nasceu no dia 23/10/1815 e faleceu no dia 13/02/1989, natural de Vila da Barra do São Francisco (BA), cursou Direito na Faculdade de Direito, na cidade de Olinda, exerceu o cargo de deputado provincial da BA (1841-1842), e deputado geral da BA (1843-1855), foi presidente da província da BA (1852-1855), senador da BA (1856-1889), sendo que foi nomeado por Dom Pedro II para chefiar o gabinete ministerial de 20 de agosto de 1885 a 10 de março de 1888. (fonte do site do Senado Federal, 19/06/2017).

⁵³ Julio Verim, “PELA POLITICA”, *Revista Illustrada*, 30 de Setembro de 1887.

político por mais de uma década, e neste sentido contribuía diretamente para a manutenção do trabalho servil, e sempre se colocava a frente das causas defendidas pelos senhores de escravos, em detrimento das causas abolicionistas.

De acordo com Angela Alonso (2015), o Barão de Cotegipe, durante sua trajetória, buscava defender projetos conservadores com relação ao sistema escravista, quando subiu a chefia do gabinete no senado, ele se juntou com outros políticos conservadores que pretendiam postergar o máximo possível a escravidão no Brasil. O que resultou a aprovação da lei Saraiva-Cotegipe, assim diz Angela Alonso:

Com maioria acachapante, Cotegipe aprovou a reforma a toque de caixa e deu ao imperador sua solenidade: a promulgação em 28 de setembro, aniversário da inoperante Lei do Ventre Livre. A nova lei, como a velha, pretendia se filiar à série para inglês ver. A situação em 1885 ressoava a de 1850, pois os nascidos desde a lei de 1871 seguiam — até 1892, quando completariam 21 anos — sob protetorado de seus senhores. Quanto aos sexagenários, a nova lei os mantinha como escravos por três anos e servos daí por diante, pois só poderiam deixar o local de trabalho com autorização do juiz de órfãos. A Lei Saraiva-Cotegipe, resumiu Otoni, era um monstro, que, sob a máscara de adiantar a abolição, a retardava”⁵⁴ (Alonso, 2015, p.287)

De acordo com Angela Alonso, quando Dom Pedro II alçou Cotegipe ao poder, achava que este controlaria o governo, mas Cotegipe concentrou em suas mãos o poder legislativo da Câmara e o poder coercitivo da polícia que pretendia caçar escravos e abolicionistas. Então, naquele momento, para Julio Verim, o Barão de Cotegipe representava o maior entrave que poderia existir para as causas abolicionistas, talvez por isso tenha sido uma das principais figuras que fora discutida pelo narrador.

A aversão de Julio Verim com relação a Cotegipe continua após a assinatura da “lei Áurea” pela princesa Isabel. Assim a figura do Barão de Cotegipe continua sendo um dos principais alvos dos comentários e críticas feitas por Julio Verim na *Revista*

⁵⁴ Alonso, Angela, Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88), 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p,287.

Ilustrada. Desta forma, neste segundo momento, para ele, o Barão de Cotegipe continua defendendo os interesses dos antigos escravocratas os quais tentavam defender a lei que tinha o intuito de indenizar os antigos senhores de escravos, pela libertação dos seus cativos. Segundo o Barão de Cotegipe, os grandes latifundiários haviam perdido muito com a abolição, e neste sentido precisavam de uma ajuda de custo para não entrar em falência. Então o narrador comenta:

“O Sr. Cotegipe apresentou, segunda feira última, o seu projeto de indenização aos ex-senhores de escravos, aos surradores de pretos. Um amigo. O Cotegipe parece-me um médico, que, depois de verificar que o doente bateu a bota, pede pena e papel e esbofa-se em receitar. Tal qual! Pois o Sr. Cotegipe, que contribuiu para a lei de 85, que libertou os sexagenários sem indenização, como quer agora, pagar à nossa custa, a liberdade natural de tantos brasileiros?”⁵⁵

Angela Alonso (2015) analisa que o Barão de Cotegipe, mesmo depois da abolição, continua conservador e que adota uma postura de defesa dos grandes latifundiários que perderam seus escravos. Momentos após a Lei da abolição, Cotegipe começa a propor pedido de indenização aos latifundiários, com a desculpa de auxílio à lavoura. Então diz ela:

“A glória do movimento foi solapada pelo contramovimento. Como Fênix, Paulino renasceu. Onze dias depois da abolição, sua legião protocolou pedido de indenização aos ex-senhores na Câmara dos Deputados. Cotegipe encaminhou similar ao Senado. Exigiam o valor das propriedades que julgavam espoliadas, em nome de fazendeiros, comissários e banqueiros, e subsídio para mão de obra — chineses ou europeus do Sul — substituta do ex-escravo, que reputavam indolente sem chicote. Em reprise de 1884, reação organizada, pois, qual

⁵⁵JulioVerim, “A INDEMNISAÇÃO”, *Revista Ilustrada*, 23 de Junho de 1888.

Rebouças, escravistas trabalharam desde 14 de maio em novo movimento, o indenizismo⁵⁶. (Alonso, 2015, p.363)

Neste sentido, a figura do Barão de Cotegipe era vista por Julio Verim como uma pessoa retrograda, que tentava burlar as leis em favor dos escravocratas. Além de apoiar o sistema monárquico, o qual antes da abolição da escravidão era um sistema visto como ultrapassado e retrogrado. Mas, seus comentários com relação ao sistema monárquico mudam radicalmente após o fim do sistema servil, em que ele passa a defender o sistema monárquico em detrimento dos ideais republicanos. E neste sentido continua a criticar negativamente o Barão de Cotegipe por se colocar a favor dos ex-escravocratas, e contra a família real. Portanto, o narrador reitera que o Barão de Cotegipe é o grande entrave para o progresso da nação brasileira, antes e depois da abolição do sistema servil, o qual sempre apoia os grandes latifundiários em detrimento do povo.

2.6 - O papel do povo

Julio Verim deixa bem claro na maioria das vezes que não confia nas instituições políticas, pois segundo ele a maioria dos políticos que compunha estas instituições estava de alguma forma ligada direta ou indiretamente com os grandes latifundiários (senhores de escravos). Neste sentido, ele reitera em seus artigos, a grande importância das ações daquelas pessoas, os quais se propunham a lutar contra o sistema servil. Então, para ele, eram os abolicionistas, o povo e o apoio de algumas instituições, que davam força para que a luta contra a escravidão continuasse. Assim o narrador delega grande importância ao papel representado por estas pessoas e instituições, pois, para ele, não se podia esperar muita coisa das instituições políticas do país, os quais eram responsáveis diretamente pelo retrocesso e manutenção do sistema servil no Brasil.

A pesquisadora Maria Helena Machado em seu artigo *“teremos grandes desastres, se não houver providencias enérgicas”*, corrobora de certa forma com o pensamento que Julio Verim defendia. Ela defende que a população em geral teve grande papel no processo da abolição, foram os abolicionistas, os escravos e libertos, além de

⁵⁶ Alonso, Angela, Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88), 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p,363.

vários movimentos populares, que contribuíram de forma direta para que a abolição acontecesse de fato. Segundo Machado (2009) foram as pressões que estes movimentos sociais impuseram ao governo e aos senhores escravocratas, que contribuiu para que acelerasse o processo emancipatório dos escravos. No trecho ela explicita:

“No entanto, ao contrário do que apontavam as aparências e afirmavam os parlamentares e a burocracia imperial, que correram para assumir as glórias do feito, o fato social da abolição foi realizada em outra parte, nas esferas menos visíveis da sociedade, nas dobras do mundo parlamentar, no contexto das militâncias populares nascentes e nas franjas da política formalista e excludente do império. A reboque dos eventos que nas localidades escravistas e cidades mais importantes balançavam as bases do poder de controle senhorial e da polícia, com revoltas, fugas e protestos de escravos, forros e populares ocorrendo em todo tempo e lugar onde a escravidão ainda significava algo, a política formal, sempre cautelosa e conservadora, manteve-se na retaguarda, timidamente buscando os movimentos sociais”⁵⁷ (Machado, 2009, p.369)

Desta forma, em alguns de seus artigos, Julio Verim chama a atenção para o protagonismo do povo. Ele comentava que o povo poderia ser de grande ajuda na luta contra a escravidão, pois o sistema político estava estagnado e nada fazia para agradar o povo, apenas propunha projetos que fossem de agrado dos grandes senhores de escravos. Assim, segundo o narrador, o povo poderia emancipar-se da representação dos políticos, pois não se viam representados pelas instituições políticas. Neste sentido, o povo, vendo a imobilidade e a inércia da política era capaz de se levantar e lutar contra o sistema monárquico e escravista, pois já havia muito tempo que estavam insatisfeitos com o sistema político vigente, que nada fazia para mudar a situação do sistema servil no país. Então, diz ele sobre este tema no trecho a seguir:

⁵⁷ Machado, Maria Helena, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, em *O Brasil imperial – Volume III – 1870-1889*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles), 2009, p. 369.

“Por toda parte, enquanto o governo ficava nessa imobilidade de múmia, a questão do elemento servil resolveu-se por si mesma. E, isto, foi uma felicidade. O povo compreendendo que nada tem a esperar dos poderes públicos, faz das tripas coração, adquire iniciativa e autonomia, e vai tratando dos seus próprios negócios. Isto é excelente, para preparar a maioria das nações. Dirão alguns, que esse sistema oferece sério perigo para as instituições, revelando a sua completa inutilidade.⁵⁸”

Portanto Julio Verim faz críticas a imobilidade da política que está acontecendo naquele momento, com relação às iniciativas para a abolição da escravidão. Ele reitera que, frente à inércia do governo e dos políticos, está colaborando para que o povo tome consciência de sua grande força, e que eles podem ter capacidade de tomar a iniciativa no processo de libertação dos escravos. Julio Verim então manda um recado para as instituições políticas, na qual se o governo não fizer nada, o povo tem grande possibilidade de ganhar autonomia. E desta forma algumas instituições correm grande perigo de serem derrubadas neste processo junto com a escravidão.

Então a análise de Julio Verim é um aviso para o governo, de que o povo já está no limite, e a qualquer momento se as instituições políticas não tomarem providência para a abolição da escravidão, então o povo não esperará mais pela boa vontade de seus representantes políticos. E neste sentido, com suas próprias mãos, poderão ser capazes de colocar um fim não apenas ao sistema escravocrata, mas também ao sistema vigente em questão.

A historiadora Maria Helena Machado (2009) demonstra que em meados da abolição havia grande agitação, por parte da população, defendendo o fim da escravidão, muitas pautadas pela legalidade, como juízes, advogados, delegados, e abolicionistas, enfrentavam os senhores de escravos a fim de garantir a lei sobre a liberdade de escravos. Além da grande maioria da população que estava apreensiva naquele momento, pois escravos e libertos, deflagravam insurreições e protestos contribuindo para a instabilidade social em algumas regiões, na qual foram motivo do aumento do medo pela sociedade

⁵⁸JulioVerim, “POLITICA DO FIM... DO ANNO”, *Revista Illustrada*, 31 de Dezembro de 1887.

naquele momento, e desta forma houve o aumento do apoio da população brasileira comum ao movimento abolicionista. No trecho a seguir fica evidente o quanto este momento que antecedeu à abolição foi turbulento no país.

“Em termos mais diretos, a adesão das autoridades policiais ao gradualismo detonou as bases do controle social dos escravos nas localidades, abrindo espaço para a ascensão dos movimentos rebeldes. O legalismo mesmo que tímido, das autoridades foi um subproduto não planejado do abolicionismo e deu lugar a uma reordenação de forças, com consequências inesperadas. Os escravos, como sempre, aproveitaram o espaço aberto pela briga entre os poderosos e avançaram decididamente. Os já visíveis movimentos insurrecionais do começo da década de 1880 se aprofundaram em seus meados desembocando em crise aguda na qual o constante abandono dos postos de trabalho pelos escravos nas fazendas acrescentava-se à crescente mobilidade dos grupos de cativos que, em suas andanças, assustavam as populações das vilas e cidades. Apesar da contínua repressão da polícia e dos capangas, armados pelos cada vez mais presentes Clubes de Lavoura, os escravos, de alguma forma, percebiam que as autoridades não tinham mais instrumentos para conter a onda de insubmissão. A fissura no discurso hegemônico sobre a defesa da propriedade escrava como prioridade acabou, em última análise, abrindo o flanco para a ascensão de um tipo de rebeldia escrava que pôs fim à própria escravidão”⁵⁹ (Machado, 2009, p.395)

Mas o narrador Julio Verim, quando os políticos e a família real tomam a atitude de levar em frente o projeto sobre a abolição da escravidão, ele se rende e salienta o protagonismo dos grandes políticos e da Princesa Isabel. Neste sentido, muda sua opinião em relação ao povo, e descreve estes, como uma espécie de espectador, na qual, geralmente são indiferentes com as ações discutidas e implementadas no cenário político brasileiro. E ele salienta que, em apenas algumas das ocasiões que demandavam extrema

⁵⁹ Machado, Maria Helena, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, em *O Brasil imperial – Volume III – 1870-1889*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles), 2009, p. 395.

importância, o povo se interessava pelas ações políticas, como é o caso da proposta de lei da abolição da escravidão. Então ele diz que:

“A indiferença habitual da população, pela abertura ou encerramento das Câmaras, foi este ano substituída pelo mais vivo entusiasmo e ardente ansiedade. Era enorme a multidão, que estacionava nos arredores do senado, esperando a herdeira da coroa. (...) todos os ministros e todos os personagens conhecidos como tendo prestado auxílio à ideia abolicionista, foram recebidos pelo povo com os mais entusiásticos aplausos. Os vivas sucediam-se, em meio de um contentamento geral e todos os que eram assim festejados sorriam e agradeciam.”⁶⁰

Mas, como fica claro no trecho anterior discutido pelo narrador Julio Verim, naquele momento transparecia que havia um consenso, uma união entre a população com os políticos e com o governo. Então, o narrador queria transparecer que, quando há a mesma opinião com relação a uma causa, como exemplo a abolição da escravidão, há a possibilidade de que a população se sinta representada pelo poder político, desta forma, o povo e seus representantes, entram em harmonia pelo bem comum da nação brasileira. Assim diz ele: “O Brasil realizou a abolição sob um dossel de flores, num delírio de festas e em meio das maiores expansões patrióticas. O povo e os poderes do estado consorciaram-se nessa hora sublime em que foi proclamada a igualdade civil de todos os habitantes desta grande nação”.⁶¹ Neste sentido, pela causa abolicionista houve a união entre população e os poderes do estado. Nascia assim a ligação do governo imperial como o responsável pela libertação dos escravos no Brasil, que repercute até os dias atuais, tais como a Princesa Isabel como a redentora.

⁶⁰JulioVerim, “03 DE MAIO DE 1888”, *Revista Illustrada*, 05 de Maio de 1888.

⁶¹JulioVerim, “SEMI ANNIVERSARIO”, *Revista Illustrada*, 10 de Novembro de 1888.

2.7 - Os imigrantes

Com relação ao projeto de imigração de trabalhadores livres para o país, Julio Verim fica com “um pé atrás”. Para ele a discussão sobre a vinda de imigrantes para terras brasileiras, para substituir o trabalho escravo, não é nada menos do que uma forma de desviar a atenção da questão servil. Ele não vê esses discursos de atração de mão de obra estrangeira antes da abolição de forma positiva. Para ele isto é mais uma espécie de enrolação de alguns políticos como o Sr. Paulino de Souza para postergar ainda mais o fim da escravidão, ou pode ser uma espécie de preparação para o que está por vir, mão de obra barata caso aconteça a abolição. Neste sentido, para estes escravocratas, além de preparar a substituição do trabalho escravo, com o advento dos imigrantes, melhoram sua imagem com relação à opinião pública. Como se ver no trecho a seguir:

“De certo, o chefe da resistência negra, teve algum sonho mau, nessa noite, para mudar, tão bruscamente, de opinião e de tática! Desconfia-se, que, descrendo dos seus planos, imaginou que para melhor resistir ao movimento que tudo avassala, era preciso fingir que o acompanhava, e daí um grande plano, em que há de tudo, como na botica, imigração, trabalho livre, dinheiro barato, braços, culturas novas, indústrias em folha e só falta o essencial: a libertação. A este respeito nem nada, mesmo nada...”⁶²

Com relação ao tema da imigração, Julio Verim analisa que a atração do trabalho estrangeiro europeu para o Império brasileiro é uma espécie de enganação por parte dos escravocratas. Pois, segundo ele, a estratégia é puramente a busca de mão de obra muito barata, ou seja, não é a oferta de substituir o trabalho escravo, com ótimos salários, e sim trabalhar ao lado do escravo e partilhar do mesmo tratamento que estes estavam sujeitados. Então, para Julio Verim as promessas feitas ao imigrante são apenas uma espécie de farsa para atrair o trabalhador estrangeiro, a um alto custo para estes, como ver-se a seguir:

⁶²Julio Verim, “ZIG-ZAG POLITICO”, *Revista Illustrada*, 17 de Dezembro de 1887.

“O plano grandioso do Sr. Paulino, bem estudado, reduz-se a isto: adicionar ao escravo, o imigrante e um empréstimo feito à província. Não se dizendo uma palavra de libertação, é claro que sob esse ponto de vista tudo continua tudo como antes, quartel general em Abrantes, não! Queremos dizer, no Macuco. Trata-se, só, de mandar vir imigrantes, e de atrair trabalhadores livres. Para isso o grande chefe propõe diversos alvitre, que ele próprio classifica, com todas as letras, de *engodo*. (...) realmente, oferecer prêmios a imigrantes, para que eles venham conviver com escravos e partilhar de tal tratamento, só mesmo, classificando-se isso, como o Sr. Paulino o faz, de *engodo*. ”⁶³

Neste sentido, a atração de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos de parte do continente europeu, era um meio que os políticos e grandes latifundiários queria usar para que os custos com relação à mão de obra não sofressem grande aumento. Assim, acreditavam que com a chegada dos imigrantes, eles aceitariam os baixos custos da mão de obra, e desta forma aceitariam viver da mesma maneira que os escravos.

Contudo de acordo com algumas pesquisas historiográficas, que se propõe a analisar sobre este tema naquele momento percebe-se que a discursão sobre o tema vai mais além. A pesquisadora Celia Marinho de Azevedo (1987) defende, no seu livro *Onda negra, medo branco*, que, com a generalização de crimes de escravos contra seus senhores e feitores, além de revoltas coletivas nas fazendas, contribuiu para que os políticos e fazendeiros, por medo de um descontrole geral, passassem a defender e fazer propagandas imigrantistas. Na qual se apoiava em estudos da época que defendia a superioridade do imigrante branco frente ao negro, mestiço e o amarelo. Segundo a autora tais propagandas tiveram mais receptividade tanto entre fazendeiros como entre os próprios políticos, estes não viam resultado em projetos que defendiam o aproveitamento do negro e mestiço como resposta para a substituição do trabalho escravo. Assim contribuiu para derrubar projetos que defendiam a incorporação do negro e mestiços no mercado de trabalho livre, como solução para a substituição da mão de obra escrava.

⁶³JulioVerim, “ZIG-ZAG POLITICO”, *Revista Illustrada*, 17 de Dezembro de 1887.

Então o que podemos perceber que segundo a análise de Celia Maria de Azevedo (1987), o projeto que defendia a imigração branca do continente europeu para o Brasil passou a ser defendido com mais veemência. Pois, a sociedade abastada da época via a “onda negra” como um grande problema, na qual poderia causar um grande descontrole na sociedade naquele momento. Então a propaganda do branqueamento da raça brasileira ganhar bastante espaço, como uma solução para o problema da mão de obra, além de uma forma de controle por parte do governo aos escravos e libertos

Neste sentido, Julio Verim, se antes olhava para a questão dos imigrantes com desconfiança, após a abolição do trabalho escravo, ele passa a comentar de forma positiva sobre o advento da imigração europeia. Em um de seus artigos, ele comenta sobre os pontos positivos que aconteceu desde o fim da escravidão, e entre estes pontos ele comenta sobre a imigração, diz ele que: “Perto de cem mil imigrantes tem entrado em nossos portos, no corrente ano. Há mais um milhão de criaturas, que comem, bebem, gozam e fazem parte da comunhão social”⁶⁴. Como podemos ver, não há mais desconfiança, é algo normal, é um ponto positivo para o progresso da nação. Ele até cita o que ocorreu nos Estados Unidos para comprovar sua confiança nos imigrantes.

“Acabada a escravidão, vieram os imigrantes, alugaram-lhes as terras, fizeram-nas render dez vezes mais, e em pouco tempo, todos os ex-proprietários de escravos reorganizaram suas fortunas. Se um colono não paga pontualmente a renda da terra, põem-no fora e vem outro. Negócio líquido e fácil. Que não obriga a nenhuma despesa de administração. No Brasil, dar-se há o mesmo”.⁶⁵

Então após a abolição Julio Verim toma uma nova postura também com relação à imigração. Ele passa a defender projetos que propõem a atração de mão de obra estrangeira para trabalhar no país. Em seus comentários notamos que seu pensamento, defende os mesmos ideários de alguns de seus contemporâneos. Na qual defendiam a vinda de imigrantes europeus brancos para o território brasileiro, no sentido de contribuir com o branqueamento da raça brasileira. De acordo com este pensamento que estava

⁶⁴JulioVerim, “SEMI ANNIVERSARIO”, *Revista Illustrada*, 10 de Novembro de 1888.

⁶⁵JulioVerim, “UM MICROBIO”, *Revista Illustrada*, 20 de Outubro de 1888.

presente em alguns círculos dos intelectuais e políticos daquele momento, a pesquisadora Celia Marinho Azevedo, analisa no trecho a seguir sobre o que estas pessoas defendiam sobre o tema.

“Neste ponto encontramos a esborçar-se a tese do branqueamento, apontando para o momento em que o elemento racialmente superior conseguiria se firmar em termos de sua predominância na população nacional. Há aqui, porém, um aspecto a ressaltar: não era só o negro que necessitava cruzar com o branco para conseguir se elevar mentalmente e, portanto, socialmente, por uma questão de sobrevivência física, também o branco, transposto para um clima que lhe era inadequado, precisava miscigenar-se com as duas raças inferiores, já plenamente adaptadas ao habitat tropical. Iniciando este salutar processo de miscigenação, a lei da seleção natural determinaria, por seu turno, a vitória final da raça branca sobre a negra e a indígena, e ainda se obteria um espécime de homem ariano superior, plenamente ambientado ao continente americano”.(Azevedo, 1987, p. 71,72)⁶⁶

E é de acordo com o posicionamento de Julio Verim, na qual ele se coloca contra a imigração chinesa, que podemos concluir que ele era favorável ao projeto de branqueamento que estava sendo discutido em sua época. Em alguns de seus comentários nos artigos que escrevia para a *Revista Illustrada*, Julio Verim é contrário aos projetos propostos e discutidos no congresso imperial, sobre a entrada de imigrantes chineses para o território brasileiro, a fim de substituir parte da mão de obra escrava. Ele faz severas críticas com relação a estes projetos. Segundo ele, o país deveria continuar atraindo exclusivamente os imigrantes europeus, e não haveria sentido atrair imigrantes de outras regiões do mundo, pois, se naquele momento no Brasil chegava durante cada mês, mais de 8000 imigrantes do continente europeu. Então ele faz severas críticas aos imigrantes chineses, como se vê no trecho a seguir:

⁶⁶ Azevedo, Celia Maria Marinho de, “onda negra, medo branco, o negro no imaginário das elites – século XIX”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 71,72.

“Em 1878, depois do congresso agrícola e da missão à China, estabelecemos ali um consulado, e importamos cerca de 3000 desses filhos do celeste império. Esses chins foram expedidos às dúzias, para as fazendas. Não se dando com o regime, tentaram evadir-se. Foram agarrados com as mesmas formalidades dos escravos fugidos e restituídos as doçuras do eito. Quando os míseros se convenceram de que estavam perdidos, começaram a enforçar-se, voltados para o nascente. Só numa fazenda, uma bela manhã, apareceram 6, todos enforcados em linha e com os rostos voltados para a China. A vista dessa relutância, os proprietários, foram abrindo mão desse elemento de trabalho, por imprestável, e o chim começou a aparecer pela cidade, vendendo camarão e mergulhando-se na mais degradante miséria. As doenças e a vida infecta que levam, foram-nos coando pouco a pouco através dos hospitais, limpando a sociedade dessa lepra. Foi um desastre completo...”⁶⁷.

Corroborando com o pensamento de Julio Verim, Celia Marinho Azevedo (1987) em seu livro *Onda negra, medo branco*, discute como em meados da abolição os parlamentares discutiam projetos que propunham a vinda de chineses para o Brasil, a fim de substituir o trabalho escravo. Segundo ela, discursões propostas naquele momento em torno dos projetos de imigração de chineses para o país, não era vista de forma positiva, pois, os chineses eram vistos como uma raça de pessoas inferiores, na qual serviria apenas para substituir o trabalho escravo. Neste sentido, o trabalho de imigrantes chineses no Brasil, seria apenas de forma temporária, na qual os chineses não fixariam residência permanente no Brasil, viriam através de contratos com tempo pré-estabelecidos com o governo brasileiro. Assim no trecho a seguir Celia Marinho Azevedo analisa:

“ (...) se evidencia a postura dos parlamentares naquele momento. “ Assim, enquanto não forjassem as condições requeridas por imigrantes vistos como superiores, propunha-se como solução temporária a vinda de trabalhadores supostamente baratos e dóceis que desenvolveriam a produção, rebaixando com isso não só o preço da força de trabalho,

⁶⁷Julio Verim, “SyndicatoChinez”, *Revista Illustrada*, 01 de Dezembro de 1888.

como também dos gêneros alimentícios. O chinês, exatamente por sua “índole dócil e frugal” seria o único trabalhador capaz de operar tais milagres econômicos, abrindo caminho para a imigração europeia tão ansiada. Calculava-se até mesmo um prazo para a duração deste tempo transitório de trabalho com base na força de trabalho chinesa: vinte ou trinta anos no máximo, o que queria dizer, até a extinção da escravatura por causas naturais (morte) e alforrias. Somente então os chineses poderiam ser dispensados e em seu lugar viriam os europeus, estando a província já plenamente preparada para o trabalho livre e o advento de um tempo definitivo de progresso”. (Azevedo, 1987, p. 153)⁶⁸

Portanto, como vimos nos relatos anteriores de Julio Verim, assim como as análises historiográficas, notamos que ele, e parte dos intelectuais e parlamentares naquele momento, são defensores da imigração europeia, e se posicionam contrários à imigração de outros pontos do globo, principalmente os imigrantes chineses. Dessa forma, fica bem claro em seus comentários que Julio Verim defende um projeto específico para o futuro da nação brasileira, um projeto de branqueamento da raça brasileira, o qual era abertamente discutido naquele momento no Brasil.

A liberdade

Após a abolição, Julio Verim continuou escrevendo sobre a situação das pessoas que se libertaram dos cativos no território brasileiro, tais como o momento da libertação, as festas em comemoração ou até mesmo as diferentes formas que cada pessoa recebia a notícia de sua libertação, além das maquinações dos senhores para manterem os ex-escravos, trabalhando em suas fazendas a um custo barato da mão de obra. Logo após a assinatura da “lei Áurea”, quando os senhores estavam libertando os seus escravos, Julio Verim descreve de forma irônica como ocorreu este episódio. No trecho a seguir, ele diz:

⁶⁸ Azevedo, Celia Maria Marinho de, “onda negra, medo branco, o negro no imaginário das elites – século XIX”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 153.

“Aqui, por exemplo, um juiz diz a uma liberta que pleiteava a sua liberdade, que o pecúlio em depósito lhe pertence, que o pode ir buscar. E, ela responde: —Não, Sr. Doutor, faço muito gosto em entrega-lo a minha senhora. Ali, uma ex-escrava, ao saber que o salário lhe seria entregue, por inteiro, pede que o continuem a dar a seu ex-senhor e acrescenta: —Meu senhor é pobre, tem muita família, vive com dificuldade. Eu fico com 5000\$ por mês e o resto é para ele. Pelo interior, o mesmo quadro se observa. Na fazenda do Sr. Coelho Bastos ficaram todos os ex-escravos e um amigo nos conta, que o façanhudo ex-chefe de polícia se gabava disso, em plena rua do Ouvidor, pouco mais ou menos, assim: — Eu sou um carrasco, sou um bárbaro, mas dos meus escravos não saiu um só. A lei da abolição só me trouxe vantagens. Na fazenda do Sr. Paulino de Souza, passaram-se também fatos dignos de menção. O chefe supremo da resistência, reunindo os seus trabalhadores, disse-lhes que eles eram livres por lei, e pediu-lhes perdão de qualquer falta, que houvesse cometido. Terminando, fez-se um grande silêncio, após o qual um dos libertos, exclamou: — peço a palavra! —pode falar disse o chefe conservador. O liberto fez um pequeno discurso em nome dos seus companheiros declarando, 1º, que nada tinham a perdoar e 2º, que continuavam na fazenda. Em seguida pediu licença para manifestar o seu regozijo. — Pois não disse o Sr. Paulino. O liberto, então, dando um passo à frente, exclamou: —Viva a Princesa Imperial. —Viva o gabinete 10 de Março. —Viva o Conselheiro Dantas. —Viva Joaquim Nabuco. —Viva José do Patrocínio. —Viva João Clapp. Todos os vivas foram calorosamente correspondidos. Algumas pessoas presentes, diziam em voz baixa: —E, então, como eles andam ao fato da política!..”⁶⁹

Como fica evidente no trecho acima, segundo Julio Verim, algumas das pessoas que foram libertadas, não compreenderam sua nova situação de pessoa livre, sendo cidadão igual a qualquer outro no Brasil. Desta forma, agiam de forma subalterna em relação a seus patrões, perdendo as dívidas deles, que ganharam com muito suor, e trabalhando por um salário inferior ao que mereciam. Não sabiam eles que foram

⁶⁹Julio Verim, “A AUREA LEI”, *Revista Illustrada*, 02 de Junho de 1888.

explorados por vários anos, e ajudaram seus antigos senhores a enriquecer, e que finalmente quando poderiam se ver livres destas pessoas, ou até mesmo receber um salário mais justo, eles preferiam continuar ligados aos seus antigos senhores. Desta forma alguns destas pessoas, segundo Julio Verim, pareciam não compreender sua nova situação, de que deste momento em diante não tinham apenas deveres, mas tinham também direitos como qualquer outro cidadão no território brasileiro.

De acordo com Lilia Schwarcz (2007), a abolição no Brasil não foi entendida como um processo que tivesse havido lutas, segundo ela é como se tivesse desconsiderado o papel das pessoas que lutaram para que a abolição fosse concretizada. É como se os escravos não tivessem um papel ativo neste processo, como se não houvera violência e sangue derramado, para a concretude do processo abolicionista. Para Schwarcz (2007), a abolição fora compreendida como uma dádiva, um presente dado aos escravos pela elite brasileira, e neste sentido, uma maneira de agradecer o presente teriam que ser subservientes e leal, além de permanecer nas fazendas. Ela salienta que o processo desta forma não representou mudança quase nenhuma para estas pessoas que foram libertadas. No trecho a seguir diz ela:

“(...) Já dos ex-escravos parecia se esperar o oposto: a total transparência, ou uma atitude pacífica, que implicava ficar nas fazendas, sob um regime muito pouco alterado. Eis os dois lados da mesma moeda que caracteriza uma faceta singular da abolição brasileira: distante da noção de revolução, nosso processo de libertação escravocrata era representado como pacífico, gradual e, sobretudo, como um “presente dos senhores e do Estado”. Aos cativos restava a lealdade e a posição submissa de quem ganha uma dádiva. A liberdade parece representar, nesse sentido, algo bem diferente da noção de mudança e alteração. É antes resignação, acomodação e mudança sem alteração”⁷⁰. (Schwarcz, 2007, p. 26,27)

⁷⁰ Schwarcz, de Lilia, “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”, em *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, organizado por Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Rio de Janeiro, editora FGV, 2007, p. 26,27.

Julio Verim admite que para um país como o Brasil, que foi escravocrata até o dia 13 de maio do ano de 1888, teria grande dificuldade, para que, quem recebera a liberdade em tão pouco tempo, pudessem usufruir de forma plena seus novos direitos, de cidadãos livres, garantidos pela aprovação da “lei Áurea”. Segundo ele, infelizmente, este processo iria ganhando terreno de forma gradativa. No trecho a seguir, diz ele sobre esta situação:

“Há, apenas, sete meses e dias, que fizemos ruir essa obra iniqua de três séculos e que incorporamos na comunhão social um milhão de criaturas humanas, que viviam sob iniqua opressão. Não há, quase, ainda o tempo material preciso, para que essa legião de redimidos tenha tomado o quinhão de liberdade que lhes foi conferido. Muitos, muitíssimos, ainda se acham num estado intermédio do cativo e da vida autônoma do cidadão. E, sete meses não é tempo bastante para se incorporar na vida social, com regularidade e segurança, uma tão considerável massa de individualidades. Bastaria só esta consideração, para forçar todo o patriota a tornar-se tolerante, moderado e calmo”⁷¹.

Portanto o narrador comemora o fim do trabalho escravo, mas admite que há um longo caminho, para que os libertos e a sociedade brasileira se adaptem, com esta nova realidade. Ele acusa que em muitas partes do território brasileiro naquele momento, havia muitas pessoas que foram libertadas, que ainda viviam nas condições do regime escravista. E neste sentido não tinham adquirido a autonomia de cidadãos livres, garantidos pela lei assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio. Então por mais que o país estivesse passando por um momento positivo desde a abolição, ainda era necessária uma reflexão, com relação à situação das pessoas que foram libertadas no país.

Contudo por mais que Julio Verim tenha lutado contra o sistema servil, e esteja preocupado com as condições dos ex-escravos naquele momento no Brasil. Ele não opina com relação ao que se deve ser feito com os libertos. Ele deixa claro que a imigração

⁷¹Julio Verim, “REFLECTAMOS”, *Revista Illustrada*, 15 de Dezembro de 1888.

estrangeira é uma ótima opção para a substituição da mão de obra escrava. Mas em nenhum momento, nos seus artigos, ele deixa claro o que se deve ser feito com as pessoas que ganharam sua liberdade, onde eles vão trabalhar, como vão viver.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa que originou nesta monografia, notamos que o período estudado foi um momento em que permitiu a discussão entre os contemporâneos sobre os projetos que se queriam para o futuro do Brasil. Era um momento em que se cobrava um posicionamento de cada indivíduo, pois ali estavam se formando as bases do que poderia impactar o futuro do país. Nesse sentido, Luiz de Andrade, sob o pseudônimo Julio Verim, comportou-se como um cidadão preocupado com o seu país e com a intenção de intervir nos últimos acontecimentos. Então, a aversão que Julio Verim tinha pelos escravocratas foi explicitada em seus artigos, mostrando como naquele momento o sistema servil já estava com os dias contados. Por mais que personagens como o Barão de Cotegipe ou até mesmo parte dos políticos e dos partidos tentassem postergar cada vez mais a manutenção do sistema servil, isso era uma manobra fadada ao fracasso, pois aquele momento tornou-se o ápice da insatisfação da sociedade brasileira com o sistema servil.

Foi também um momento em que pudemos notar, através das discussões do narrador Julio Verim, como o movimento abolicionista ganhou grande força junto à opinião pública, além de aumentar substancialmente a sublevação dos escravos nas fazendas, por meio de fuga, protestos e insubordinações etc. Por isso, muitos fazendeiros acabaram percebendo como o sistema escravista era insustentável e procuraram cair nas graças da opinião pública através das festas de libertação de escravos. Junto a isso ainda tentaram arquitetar a derrubada do sistema monárquico. Este sistema que por sua vez, com a assinatura da lei Áurea, acabou perdendo o apoio dos latifundiários, que juntaram força com outros setores para proclamar a República no Brasil.

Portanto, o que podemos ver nos últimos momentos do ano de 1888, foi a insatisfação do narrador Julio Verim, com os grandes fazendeiros e com o partido republicano, que se unem para derrubar a monarquia e instaurar a República. Naquele momento houve também o aumento de discussões sobre a substituição da mão de obra escrava pelo imigrante. Não notamos a preocupação de Julio Verim com relação ao futuro das pessoas que foram libertadas, e, em alguns de seus relatos, notamos como a situação de algumas dessas pessoas continuava muito parecida.

Então, de acordo com o que foi visto ao longo da pesquisa, podemos afirmar que o Julio Verim, em todo momento, posicionou-se de forma contrária aos grandes latifundiários, talvez essa seja sua única coerência ao longo de todo esse processo.

Fontes:

Revista Illustrada: anos (1885,1887,1888, 1889, 1890, 1891, 1893, 1895 e 1896).

Referências bibliográficas:

Alonso, Angela, *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*”, 1º ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

Azevedo, Celia Maria Marinho de, “*onda negra, medo branco, o negro no imaginário das elites — século XIX*”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Balaban, Marcelo, *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2009.

Carvalho, José Murilo de, “*A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERNIC, Ana Flávia .R, “Os narradores de ‘Balas de Estalo’: a questão dos pseudônimo” e “A criação de Lélío”, Editora da UNICAMP, Campinas, 2010.

Lemos, Ricardo, “*alternativa republicana e o fim da monarquia*”, in: O Brasil Imperial, vol. III, (orgs.) Grinberg, Keila, e Salles, Ricardo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2009.

Machado, Maria Helena, “*Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão*”, em *O Brasil imperial – Volume III – 1870-1889*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles), 2009.

Maringoni, Gilberto, “*Ângelo Agostini e o massacre de Canudos*”, Proj. História, São Paulo, (32), p221-239, junho, 2006.

PEREIRA, Leonardo A. de M. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Pereira, Washington Kuklinski, “*cenos da escravidão: A crítica caricatural de Ângelo Agostini na Revista Illustrada sobre convivência do Estado com os castigos aplicados aos*

cativos nos últimos anos da escravidão”, VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – sentir – Narrar, Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, PI.

Schwarcz, Lilia Moritz, *“Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”*, São Paulo, companhia das letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia. *“A monarquia vai cair” & “A República não pode mais esperar a morte do velho imperador”*. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Schwarcz, de Lilia, *“Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”*, em *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*”, organizado por Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes, Rio de Janeiro, editora FGV, 2007.